

Manuel António Monteiro Da Cruz

Mecânica Social

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia (Ética e Filosofia Política)
orientada pelo Professor Doutor José Meirinhos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Julho de 2016

À minha querida Mónica

“A maior parte daqueles que escreveram sobre as afecções e a maneira de viver dos homens parecem ter tratado, não de coisas naturais que seguem as leis comuns da Natureza, mas de coisas que estão fora da Natureza. Mais ainda, parecem conceber o homem na Natureza, como um império num império. Julgam, com efeito, que o homem perturba a ordem da Natureza mais que a segue”

Espinosa, *Ética*¹

¹ Espinosa, 1992, p. 263.

Sumário

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Esquema da Dissertação.....	12
Introdução.....	15
I. Método.....	17
1. Princípios Lógicos.....	17
1.1 Definições Lógicas.....	19
1.2 Problemática e Soluções.....	23
2. Metodologia.....	29
2.1 Estudo das Questões.....	30
2.2 Estudo do Ser Humano.....	38
2.3 Estudo dos Seres.....	39
II. Mecânica.....	40
1. Breve História da Interpretação Humana.....	41
2. Injustificação do Ser Humano.....	43
3. Fundamentação da Comparação.....	50
4. Comparação.....	52
4.1 Comparação Comportamental.....	53
4.2 Comparação das Sociedades.....	59
5. Princípio da Mecânica Social.....	62
6. Mecânica Social.....	66
Conclusão.....	68
Referências bibliográficas.....	69

Agradeço aos meus avós, mãe e irmão pelo apoio incondicional nesta jornada.

À Mónica porque sem ela seria impossível concluir este trabalho.

Ao Prof. Doutor José Meirinhos por me ter permitido pensar livremente.

Aos meus amigos da faculdade pelos melhores anos da minha vida.

Resumo

A impossibilidade de análise da espécie humana pelo próprio ser humano (Indefinição de Pascal) implicou, nesta dissertação, uma análise comparativa com as outras espécies para a compreensão da esfera humana. Este estudo teve o objetivo de comparar a sociedade humana com sociedades não-humanas (mecânica social) revelando um princípio comum a todas elas: Lei da Substituição Natural. Com esta Lei compreende-se que qualquer sociedade funciona mediante uma substituição dos seus antigos membros por novos. A fundamentação desta Lei resulta num avanço epistemológico para a elaboração de uma teoria holística de todas as sociedades e indivíduos.

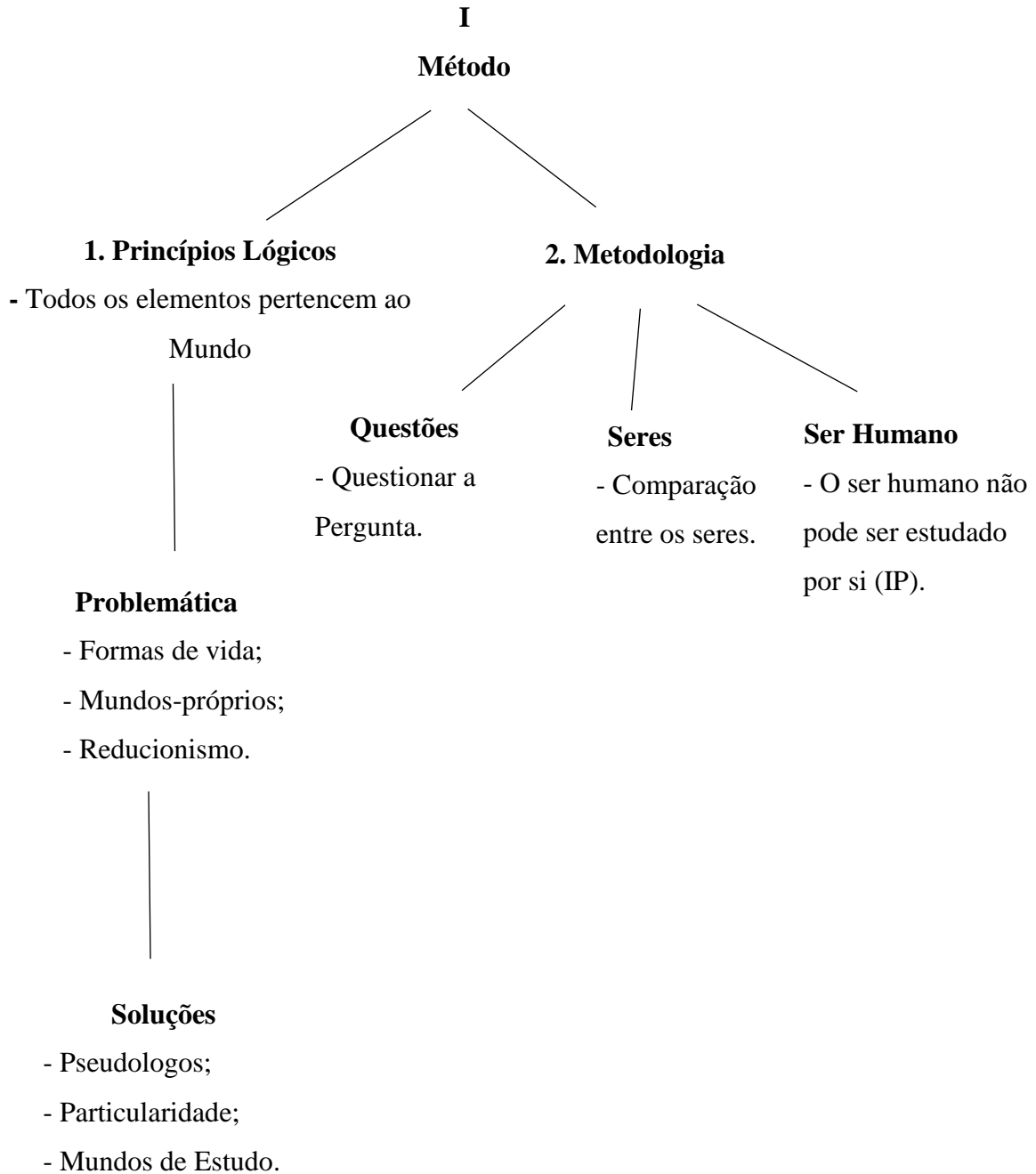
Palavras-Chave: Lógica, Biologia, Darwin, Animal, Humano, Mundo, Comportamento, Mecânica, Sociedade, Substituição Social.

Abstract

The impossibility of analysis of the human species by human being itself (Pascal's Indefinition) implied, in this dissertation, a comparative analysis with other species aiming the understanding of the human sphere. This study has the purpose of comparing human society with non-human societies (social mechanics) revealing a principle common to all of them: Natural Replacement Law. With this law it is understood that any society operates through a replacement of its old members with its new ones. The justification of this Law is an epistemological breakthrough for the development of a comprehensive theory of all societies and individuals.

Key-Words: Logic, Biology, Darwin, Animal, Human, World, Behavior, Mechanics, Society, Social Replacement.

Esquema da dissertação



II

Mecânica

1. Breve História da Interpretação Humana

- Preconceitos filosóficos relativos ao estudo humano

2. Injustificação do Ser Humano

- Racionalidade e Sociedade;
- O ser humano não é um ser particular

3. Fundamentação da Comparação

- Fundamentação lógica interpretada para a Biologia;
- Método comparativo como imparcial e exequível.

4. Comparação

4.1 Comparação Comportamental

4.2 Comparação da Sociedade

- Condições necessárias da sociedade;
- Sociedades não-humanas.

A partir de forças exteriores

- Guerra

A partir dos reflexos

método

Comparação como entidade

Arqueologia Comportamental

exemplo

Ato médico



5. Princípio da Mecânica Social

- Lei da Substituição Natural

6. Mecânica Social

- A sociedade humana como a renovação entre gerações.

Introdução

O trabalho final do Mestrado de Filosofia (área de Ética e Filosofia Política) deve, no meu entender, principiar pela tentativa de originalidade e audácia na composição de um pensamento único e individual do estudante. Propus-me a cumprir este objetivo com todas as suas problemáticas e obstáculos que poderiam ocorrer no jovem e ignorante pensamento de um estudante que percorreu cinco anos de estudos filosóficos. Também quis fazer uma dissertação que fosse clara teoricamente e simples linguisticamente, para que o trabalho possa ser compreendido por leigos na matéria. Deste modo, a dissertação tem forma e conteúdo de ensaio, pretendendo afirmar uma posição particular.

A minha crença de que o ser humano não é um ser particular e especial e que deve, por isso, ser compreendido mediante as outras espécies, obrigou-me a um estudo biológico e etológico para responder à questão da mecânica social.

Estes estudos científicos apresentam os mesmos métodos que aplico aqui como, por exemplo, a comparação dos animais para compreender o ser humano. No entanto, a sua fundamentação lógica, que é ausente na Ciência, foi neste estudo elaborada e defendida para que se possa afirmar, por exemplo, uma tese como: as leis da sociedade repetem as leis do indivíduo.

Concluindo esta fundamentação (primeira parte) parti para a análise de como a natureza humana tem sido interpretada pelos mais diferentes filósofos e concluí que, na sua maioria, a Filosofia persiste no preconceito de compreender o ser humano isolado dos outros seres. Esta ideia implicou que demonstrasse a existência de racionalidade e sociabilidade nos seres mais simples, para que pudesse fundamentar biologicamente a comparação entre espécies. De seguida, justifiquei os comportamentos humanos por comportamentos derivados de forças exteriores e derivados de reflexos ou inatismos. Esta análise compôs-se da noção de “comportamento como entidade” e a possibilidade de traçar uma linha evolutiva entre os diferentes comportamentos.

Explicados os comportamentos sociais, foi-me permitido estudar as condições da sociedade que são as mesmas na sociedade humana e não-humana. Este passo levou-me a elaborar um princípio da mecânica social: a Lei da Substituição Natural. Princípio que permite a compreensão de todas as sociedades porque é um fator comum em todas elas.

Concluindo, tentei justificar que a Mecânica Social Humana funciona pela renovação de gerações, resultando numa dinâmica de substituição entre novos e velhos membros.

I

Aqui discursa-se sobre os fundamentos lógicos da investigação humana e as suas problemáticas e soluções.

1. Princípios Lógicos

Aqui discursa-se sobre os fundamentos lógicos da minha investigação, o problema da análise da universalidade das leis e a conseqüente solução desse problema.

1.1 Definições Lógicas

A linguagem lógica² serve o propósito de tornar o particular em universal. Assim, aqui exponho os axiomas e as suas deduções quanto ao que considero de “Mundo”.

1.1.1 Todos os elementos existem num conjunto que é constituído por esses elementos:

- Todo e qualquer elemento existe se e só se pertencer a um conjunto.

1.1.2 Um elemento pertencer a um conjunto significa que ambos partilham a mesma natureza:

- A natureza do conjunto é a natureza dos elementos, e vice-versa.

1.1.3 Ao conjunto de elementos defino como “Mundo”:

- Conjunto é Mundo.

1.1.4 O Mundo não é só o conjunto de elementos, ou seja, não é só a sua soma, mas também as relações que existem entre os elementos. Assim, visto que os elementos pertencem ao mesmo Mundo, necessariamente constituem relações:

- O Mundo é o conjunto de elementos e as suas relações.

1.1.5 As relações entre os elementos são regidas por leis impostas pela própria natureza do mundo:

- As relações são geridas por leis.

1.1.6 Pertencer ao mesmo Mundo significa ter as mesmas relações e, por isso, leis. Significa, também, que todos os elementos que o constituem têm a mesma natureza, logo, a todos eles as leis são aplicadas uniformemente:

- Iguais leis aplicam-se a todos os elementos que constituem o mesmo Mundo.

² Uma linguagem despojada do teor empírico e assente em termos gerais e exatos.

1.1.7 Só existe um Mundo porque os “mundos de estudo” são catalogações e divisões imaginativas do investigador do Mundo:

- Só existe um Mundo.

1.1.8 Daqui deduz-se a segunda característica das leis, a sua transversalidade:

- As leis aplicam-se da mesma maneira a qualquer mundo de estudo.

Empiricamente, compreendem-se estas deduções com os seguintes exemplos:

- Quando se considera que uma pedra existe, ela existe sempre num espaço e num tempo. É inimaginável supor a existência de algo sem que se lhe defina um lugar de pertença.

- O conjunto de números naturais é composto por números naturais. Se estes não partilhassem da mesma natureza que o conjunto, não pertenceriam ao conjunto.

- Esse lugar de tempo e espaço, e que envolve toda a existência, denomino de Mundo. Tem um sentido completamente diferente do conceito do “mundo” de Wittgenstein, visto que considero o Mundo como as coisas que se relacionam e não pela ocorrência dos seus comportamentos ou factos, como assim define Wittgenstein³.

- O Mundo não é apenas a soma dos elementos, pois as coisas não existem independentemente das outras. Uma pedra ao bater na água cria um efeito na mesma e a água é bebida por uma águia, essa mesma que alimenta as suas crias com minhocas, e assim sucessivamente. Ou seja, toda a existência está relacionada entre si, e é por isso que o Mundo não é apenas a soma das partes, mas também as suas relações, relações essas que são universais. À primeira vista, a minhoca não tinha nenhuma relação com a pedra, mas observando todo o seu percurso, compreende-se que tem.

³ “1.1 O mundo é a totalidade dos factos, não das coisas.” (Wittgenstein, 2011, p. 29).

- Das relações entre as coisas surgem as leis que as regem, observam-se estas leis quando atirando uma pedra e uma pena no vácuo, tanto uma como a outra cairão ao mesmo tempo, isto porque a relação que existe entre eles e o Mundo é a mesma. Assim, são regidos pela mesma lei (gravidade).

- A existência das leis implica que, seja qual for o elemento do mesmo Mundo, este se comportará exatamente da mesma maneira quando a lei natural sobre ele se abate. Assim, a seleção natural participa em qualquer existência animal, do ser mais rudimentar ao mais complexo.

- Os mundos de estudo são o espectro onde atuam as diferentes áreas científicas. O mundo de estudo da biologia compõe-se de células, animais, tudo aquilo que possa ser identificado como tendo vida, entre outros⁴; e não compõem o mundo de estudo da biologia ou mundo biológico, por exemplo, os átomos. Para facilitar o estudo do investigador, é dividido e catalogado o Mundo em vários mundos, de modo a simplificar a investigação. No entanto, não se pode afirmar que existam vários mundos com várias leis.

- Nesse sentido, só porque um psicólogo se foca na mente e nas suas ações, não quer dizer que esta obedeça a diferentes leis que as leis advindas, por exemplo, da Biologia⁵. Ou seja, as leis de um mundo de estudo aplicam-se a todos os outros mundos. Se isso não acontecer depois da devida adaptação linguística, então a lei não ocorre no mundo.

⁴ Repare-se nesta imagem: Um biólogo e um matemático observam duas árvores, e apesar de ambos verem exatamente o mesmo, observam duas realidades completamente diferentes. Enquanto que o biólogo poderá estar a interrogar-se como aquelas árvores evoluíram, o matemático poderá estar a investigar se nas folhas se identifica o número de ouro. Estes dois investigadores procuram elementos e relações diferentes na natureza e, por isso, focam-se apenas em alguns elementos da realidade, resultando numa particularização da natureza e, assim, num mundo de estudo.

⁵ A seleção natural, por exemplo.

Destas deduções, pode-se elaborar a forma lógica da existência⁶, como sendo:

$$\forall x (Ex \leftrightarrow x \in M)^7$$

Quer isto dizer: para todo o x , x é uma entidade existente se e só se x pertence ao mundo.

⁶ Esta forma lógica teve o apoio do Prof. Doutor João Pinto (Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

⁷ $\forall x$: Para todo o x , ...

Ex : x é uma entidade existente.

\leftrightarrow : se e só se

$x \in M$: x pertence a M .

M : mundo.

1.2 Problemáticas e Soluções

As leis (naturais) são, por sua definição, “universais”. Sendo que as leis regem as relações entre os elementos de um Mundo, ou dos seres que existem na Natureza, então, para todos os seres as leis aplicam-se de igual forma. No entanto, se assumirmos que há vários mundos por existirem diferentes elementos, então temos de, por exemplo, elaborar leis para o Mundo Atômico e para o Mundo Natural, tornando-se assim impossível a ideia de uma lei única ou a possibilidade da unificação das ciências⁸.

Este é o problema do Mundo e das Leis: se existirem vários mundos, então há várias leis que não são universais o que contraria a própria definição de lei⁹; mas se existir um só Mundo então existem só leis universais aplicáveis a todos os mundos de estudo.

Há três casos que afirmam a noção de vários mundos, são os seguintes:

1. Wittgenstein relaciona diretamente a linguagem e a existência. Nesse sentido, um ser com diferente linguagem que outro terá uma diferente “forma de vida” que aquele¹⁰, e estas duas diferentes formas de vida são incomunicáveis e incompreensíveis. Por isso, a forma de contacto entre elas torna-se impossível. Acentuando a diferença que existe na linguagem humana e não-humana e admitindo que a linguagem se relaciona com a forma de vida, é impercetível entender os outros animais, visto que não partilhamos da mesma linguagem¹¹. A noção de que existe uma barreira epistemológica de investigação entre o investigador humano e os outros animais, pela barreira linguística, apoia a ideia de vários mundos que são entre si incomunicáveis.

⁸ Se as ciências, com os seus específicos objetos de estudo, apresentam leis contraditórias, então é impossível encontrar uma lei universal para todos os elementos e inconcebível uma ciência unificada, resultando numa realidade estilhaçada e não unificada.

⁹ Uma lei universal significa ser aplicável a todos os mundos de estudo.

¹⁰ “(...) conceber uma linguagem é conceber uma forma de vida” (Wittgenstein, 2011, p. 183).

¹¹ “Se um leão fosse capaz de falar, nós não seríamos capazes de o compreender” (ibidem, p. 596).

2. Uexküll demonstrou que há tantos mundos-próprios como animais¹². Quer isto dizer que o mundo de um humano, por exemplo, é diferente do mundo de um cão¹³ ou de um molusco, porque o significado que estes sujeitos atribuem às coisas ao seu redor difere¹⁴. No mundo do molusco não se encontra nada que se assemelhe a uma casa, como se a existência da casa não fosse real em certos mundos, pois a capacidade do organismo representar o meio ambiente varia com as suas capacidades físicas e psicológicas, o que nos leva a afirmar a presença de um subjetivismo perene em todas as espécies¹⁵. Criticando as visões mecanicistas que não tomam em conta a autonomia e a particularidade de cada ser vivo¹⁶, Uexküll elabora o conceito de mundo-próprio¹⁷, afirmando, assim, a existência de vários mundos.

¹² “Os mundos-próprios, que são tantos quanto os próprios animais” (Uexküll, 1982, p. 25).

¹³ “(...) no mundo do cão ou no do papagaio que habita connosco o mesmo quarto podem aparecer coisas do mundo do homem, elas transformam-se em coisas do papagaio ou do cão, com as suas tonalidades inteiramente próprias.” (ibidem, p. 11).

¹⁴ A diferença de mundos-próprios é mais evidente quando são analisados os mundos de cada espécie.

¹⁵ As figuras de uma “rua de aldeia” demonstram indubitavelmente que há diferentes visões do mundo para um ser humano e um molusco (ibidem, p. 54-56).

¹⁶ “Quem se agarrar ao preconceito de que todos os seres vivos são apenas máquinas, perde toda a esperança de vir jamais a lobrigar os seus mundos-próprios” (ibidem, p. 23-24) e “Os breves acidentes da vida da carraça dão-nos uma adequada pedra-de-toque da solidez do ponto de vista biológico, comparado com o método fisiológico, como até aqui se tem aplicado. Para o fisiólogo, cada ser vivo é um objecto que se situa no seu mundo-próprio do homem. Examina-lhe os órgãos e o seu funcionamento total, como um técnico examinaria uma máquina que seja nova para ele. O biólogo, ao contrário, toma em conta que cada ser vivo é um sujeito, que vive num mundo que lhe é particular, de que ele constitui o centro; e, por isso, pode comparar-se, não a uma máquina, mas apenas ao maquinista que maneja a máquina. Resumindo, a questão pode pôr-se assim: a carraça é uma máquina ou um maquinista? É um mero objecto ou um sujeito?” (ibidem, p. 31).

¹⁷ “(...) tudo aquilo que um sujeito assinala passa a ser o seu mundo-de-percepção, e o que ele realiza, o seu mundo-de-acção. Mundo-de-percepção e mundo-de-acção constituem uma unidade íntegra — o mundo-próprio do sujeito.” (ibidem, p. 25).

3. O Reduccionismo¹⁸ de um só mundo de estudo provoca uma quebra na universalização das leis. Quando frequentava as aulas de Físico-Química, a Sra. Professora afirmou que os átomos não se tocavam. Para grande admiração minha e dos meus colegas, o mundo dos átomos era completamente diferente do nosso mundo (natural), dos nossos comportamentos e das nossas leis naturais. Ali estava toda a admiração: nós tocámo-nos e os átomos não. Deve haver, por isso, pelo menos dois mundos. Quando a aula terminou, um aluno começou a agir violentamente para com os outros, e em sua defesa afirmava: “os átomos não se tocam”. Argumentava:
- Nós somos compostos por átomos;
 - Os átomos não se tocam;
 - Logo, nós não nos tocamos.

O argumento é dedutivo e válido, as premissas são comprováveis e evidentes por si. Este caso demonstra que a Física domina sobre todas as outras ciências, e o que se aplica a um átomo aplica-se a tudo o que se lhe segue. Como se o Reduccionismo fosse o único método de aproximação à verdade, em que, quanto mais reduzido o elemento do tecido existencial, mais se compreendesse a origem e o Mundo. A ideia de “átomo”, de partícula indivisível e que compõe tudo e tudo explica, é resultado deste pensamento. Assim, pelo Reduccionismo, afirma-se que há vários mundos, mas as leis do mundo mais reduzido (o atómico¹⁹) prevalece sobre todos os outros.

¹⁸ “Reduccionismo” é encarar os outros mundos de estudo a partir da perspectiva de um só mundo, seja o da Física, Matemática, entre outros.

¹⁹ Há obviamente elementos mais reduzidos que o átomo, como os seus próprios constituintes: electrão, neutrão e próton; Portanto, o “átomo” aqui desempenha o símbolo do mais reduzido e não de facto o mais reduzido. Porque se hoje afirma-se que a partícula mais elementar é o *Bosão de Higgs*, amanhã se confirmará que ainda existe outra partícula mais elementar.

As soluções destes três casos são as seguintes:

1. Quanto às formas de vida de Wittgenstein, o conceito beneficia mais do que prejudica esta investigação, pois o filósofo não afirma que existem diferentes leis entre os vários seres, mas apenas que cada ser, com a sua particular forma de vida, tem a sua particular linguagem. Assim, cada ser tem um mundo específico em que vive, diferente de qualquer outro. Pelo facto de o ser humano viver num mundo diferente do de um leão, por exemplo, as palavras e conceitos de um ser humano para um leão não têm sentido nenhum, pois cada palavra pertence a um contexto e fora desse contexto torna-se impercetível. Afirmar que “um leão foi despedido do zoo” por ter sido removido desse mesmo, é cair num absurdo pois atribui-se uma característica que apenas pode ser aplicada à espécie humana. A este movimento errado de linguagem, em que termos são aplicados a contextos que normalmente não são inseridos, chamo de: *pseudologos*²⁰. Assim, por este pensamento wittgensteiniano, incluo este método na minha investigação aquando da análise das várias espécies, sem incorrer no erro de as classificar de acordo com termos especificamente humanos.
2. Quanto aos mundos-próprios de Uexküll, também não é afirmado que existam diferentes leis, mas que os diferentes mundos de cada ser têm de ser analisados na sua particularidade, pois o carácter subjetivo e único de cada animal deve ser considerado. Nesse sentido, os animais não podem ser interpretados como máquinas ou objetos, mas como sujeitos com vidas próprias e ambientes próprios. Assim, é necessário tomar nesta investigação o cuidado de não antropomorfizar os outros animais, e não os comparar a nós para os reduzir, pois se um leão não “trabalha” não quer dizer que seja um “desempregado”. Para relacionar os diferentes seres é necessário utilizar uma linguagem universal e não específica de cada ser. Também ao analisar o modo de vida de uma espécie é necessário compreender cada comportamento de acordo com o seu mundo, e não com o mundo humano.

²⁰ Pseudologos: “pseudo” (falso) e “logos” (palavra); ou seja, pseudologos quer dizer “falsa-palavra”. Uma palavra indevidamente usada. Este termo foi sugerido pelo Prof. Doutor José Meirinhos.

3. Quanto ao Reduccionismo, a primeira falácia que surge é crer que quanto mais elementar mais universal. Mas a partícula elementar é algo que nunca se encontrará, porque sempre que se encontra uma partícula esta é constituída por outras, num processo *ad aeternum* distanciando-nos perpetuamente da verdade.

A segunda falácia prende-se com o caso exemplificado de os átomos não se tocarem. Há nesta falácia dois erros: o linguístico e o mundo.

Quanto ao linguístico, é de novo a pseudologos, pois o conceito de “tocar” para um átomo é naturalmente diferente do “tocar” do ser humano devido à natureza de cada um, que faz com que as suas ações não sejam, por natureza, iguais. O “tocar” humano envolve matéria e sensibilidade, enquanto que o “tocar” de um átomo, envolve energia, e à energia não é aplicável a qualidade de “toque” ou de “contacto”. Assim, o primeiro erro corresponde à pseudologos.

O segundo erro ocorre quando se afirma: “nós somos compostos por átomos”. Se vislumbrarmos o mundo visto pelo ser humano não os encontraremos, pelo que nesse mundo podemos afirmar, por exemplo, que o ser humano é composto por “cabeça, tronco e membros”. Pelo contrário, se observarmos o mundo dos átomos, não encontraremos o mundo do ser humano, nem sequer veríamos seres humanos, ou cadeiras, ou mesas, mas apenas uma dança eletrizante de partículas no espaço. Outra particularidade tem que ver com a fórmula do mundo e das relações. O facto de um ser humano poder influenciar²¹ uma cadeira significa que estes existem no mesmo mundo. No entanto, o ser humano não pode influenciar um átomo²², ou o contrário seria como dizer que uma faca, ao cortar uma laranja, cortou os átomos²³. Ou seja,

²¹ Influenciar pode significar “tocar”, “mover”, entre outros.

²² Poder-se-á encontrar um contra-argumento como a experiência mental do “Gato de Schrödinger” mas, na minha interpretação, este apenas demonstra um entrelaçamento (errado) de mundos que só pode terminar em contradição. Repare-se que um ser humano nunca poderá influenciar um átomo porque estes não existem no mesmo plano existencial, isto porque o ser humano, numa descrição reducionista, é composto por átomos, logo afirmar que o ser humano influencia átomos só é aceitável se se afirmar que os átomos, que o compõem, influenciam outros átomos.

²³ Imagine que olha para um gato e coloca uns óculos que permitem ver o mundo microscopicamente. Os limites de um gato já não seriam aqueles, que à vista desarmada poderiam ser observados. Ver-se-ia um amontoado de células, bactérias, e outros elementos que apenas podem ser observados ao microscópio. Agora, altera para umas lentes de foco atómico, e a figura celular do gato já não existiria, nem sequer seria certo poder-se afirmar que se estava a ver um gato. Na realidade, não existe nenhum gato entre átomos, porque são realidades de tamanhos

estas relações entre mundos apenas criam confusões porque não se podem relacionar. No entanto, entenda-se que o conceito de diferentes mundos entre ser humano e átomos é apenas derivado da categorização do investigador, uma vez que não existem fronteiras físicas, mas apenas fronteiras linguísticas ou metodológicas.

Assim, apesar do ser humano não partilhar a mesma “forma de vida” que os outros animais, viver um mundo-próprio e um mundo de estudo tentar imperar sobre os outros, não quer isto dizer que as leis naturais não se apliquem da mesma forma. Por exemplo, a lei da gravidade aplica-se tanto aos humanos como aos outros animais²⁴, mas por uma única razão: a universalização destes dois conceitos pelo uso da linguagem matemática. O que acontece é uma espécie de tradução, em que o ser humano passa a ser apenas um número, como só é possível existir na matemática.

Destas observações, a solução do problema dos mundos resolve-se com uma rigorosa metodologia que será aplicada nesta investigação:

1. Análise de pseudólogos;
2. Interpretação dos seres no seu contexto;
3. Negação das fronteiras físicas dos mundos de estudo;
4. Universalização dos conceitos de cada mundo de estudo.

diferentes e, por isso, não podem ser entrelaçados. Nesse sentido, não se pode afirmar que uma faca cortou um átomo, ou que há uma cadeira entre átomos.

²⁴ A tudo o que tem “massa” aplica-se a lei da gravidade, mas há elementos em que a gravidade não se aplica. No entanto, aqui o que está em questão é o método de universalizar as leis particulares de cada ciência e aplicá-las aos mundos de estudo de outras, por exemplo: a lei da gravidade (física) aplica-se também aos seres vivos (biologia).

2. Metodologia

Aqui demonstra-se a metodologia utilizada nesta dissertação, que engloba o Estudo das Questões, o Estudo do Ser Humano e o Estudo dos Seres.

O primeiro deriva dos erros linguísticos nas investigações e assegura que questões podem ser respondidas.

O segundo debruça-se sobre a impossibilidade do estudo do ser humano pelo próprio ser humano.

O terceiro resolve a problemática do segundo, e afirma o método comparativo entre humanos e não-humanos.

2.1 Estudo das Questões

A análise linguística do problema dos mundos e das leis deduz que a linguagem influencia o pensamento e a própria investigação. Assim, se a linguagem cria diferentes realidades na ciência, também pode criar problemas no ponto de partida do investigador. Se o investigador parte sempre de uma interrogação perante o mundo que vê, e a interrogação é o ponto de partida, devo investigar se podem existir erros desde o ponto de partida, para que uma investigação não comece com a questão errada.

Uma investigação filosófica parte sempre de uma pergunta, de uma inquietação. Pela curiosidade questionamos e refletimos, pretendendo chegar ao compreensível, a uma resposta. Assim, todo o conhecimento parte de uma questão, como questionar aquilo que já sabemos *a priori*, provocando o progresso do conhecimento. Então, se qualquer investigação parte de uma questão, é deduzível que a mesma influencie a resposta. Perguntar “qual a velocidade da luz?” é limitar as possíveis respostas. Não terá sentido responder apenas “sim” ou “não”. Terá que ser dada uma resposta que contenha um valor matemático e uma medida²⁵, por exemplo em “metros por segundo”. Ao limitar o que se pode responder, também é implicativo que se fale em “velocidade” e “luz”²⁶. Ou seja, a questão implica algo que ainda não foi respondido. Sendo assim, as questões não são puras - são já tendenciosas e influentes -.

De modo a compreender a questão, é necessário, primeiro, analisá-la. E aqui se dá um passo que não é habitual nas investigações filosóficas: o ato de analisar a questão.

De facto, em muitos casos, a pergunta contém já a totalidade da resposta, ou pelo menos uma parte dela. No caso da totalidade da resposta, apresento um exemplo sobejamente conhecido: “Qual a cor do cavalo branco de Napoleão?”. A resposta a esta questão está contida na própria pergunta. Quanto ao segundo caso, a pergunta “Contra quem perdeu Napoleão a *Batalha de Waterloo*?” afirma que Napoleão perdeu a “Batalha de Waterloo”.

A estas afirmações denomino de “pressupostos” porque estão incluídas na questão e condicionam a resposta. Para além dos pressupostos, também é facilmente compreensível que a

²⁵ Devido ao determinante interrogativo: “Qual”.

²⁶ Perguntar “Qual a velocidade da luz?” é pressupor que a luz tem velocidade.

formulação da questão possa condicionar o tipo de resposta que se pretende. Ao iniciar uma questão por “Qual...” condicionar-se-á a resposta de tal forma que esta não poderá, por exemplo, ser apenas composta pelos vocábulos “sim” ou “não”.

O acima exposto permite-nos concluir que toda a questão tem uma estrutura interna constituída por conteúdo (pressupostos) e forma²⁷.

Esta estrutura influencia a validade da resposta ao ponto de ser a questão a atribuir a natureza de “resposta” a uma “afirmação”. O exemplo: “Qual a fórmula matemática da área de um triângulo?” afirma que há uma fórmula matemática para a área de um triângulo. Mas imagine-se que há um investigador que está completamente contra a ideia de existir uma fórmula matemática para a área, e como tal responderia a esta questão: “Não há.”. Surge então um problema: a questão não pergunta se há fórmula ou não, afirma que há e pretende saber qual é. Por isso, é totalmente irrelevante responder que existe ou não. Conclui-se que uma resposta é sempre uma afirmação que aceita os pressupostos e a intenção da questão (forma). Agora repare-se na resposta “ $a=bxh$ ”, em que “a” corresponde à área, “b” à base do triângulo e “h” à altura do mesmo. Nesta resposta, envolve-se elementos que correspondem à figura do triângulo, como o lado e a altura, e a formulação direciona-se no sentido da resposta. Interpretando a fórmula apresentada: “o resultado da área é o produto da base com a altura”; esta responde diretamente à pergunta, por isso é uma afirmação que tem o valor de resposta, apesar de se saber que é uma resposta errada²⁸.

Este condicionalismo da questão provoca, assim, um limite de respostas possíveis, e a este conjunto denomino de “leque de respostas”. Ou seja, depois da análise da questão forma-se um conjunto de possíveis respostas que podem ser dadas, e este leque varia de questão para questão. Por exemplo: “Quantos dedos tem a espécie *homo sapiens*?”; quanto à forma, a resposta tem de ser numérica pois está presente o quantificador “Quantos”. Quanto aos pressupostos, assume-se que a espécie *homo sapiens* tem dedos. Portanto, o leque restringe-se a números com o pressuposto de que a referida espécie tem dedos. A resposta “cinco” é perfeitamente válida, nunca querendo afirmar que é verdadeira, pois este é um registo que está entregue à observação empírica e não à Lógica, que é a natureza deste estudo. Mas não constitui resposta, por exemplo:

²⁷ A forma tem que ver com a gramática e a sintaxe da pergunta.

²⁸ A resposta correta na matemática é portanto: “ $a=(bxh)/2$ ”.

“carro”; pois nem é número nem é referente à identidade “dedos”. Resumindo, o leque surge da compreensão da questão e identifica aquilo que é resposta e aquilo que não é.

No entanto, o leque não só influencia a validade das respostas, mas, também, a validade da questão. Ao afirmar que o leque constitui apenas respostas contraditórias ou falsas, qualquer resposta à pergunta é necessariamente falsa. Logo, a questão, como não pode ser respondida, é também falsa²⁹. A questão: “Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?”³⁰; revela uma contradição no leque de respostas, pois ao responder que o ovo nasceu primeiro, é implicativo que a galinha tenha posto o ovo, anulando-se assim a resposta. Para a outra possível resposta, “galinha”, ocorre o mesmo fenómeno. Ou seja, nenhuma das possíveis respostas é verdadeiramente possível, porque ao serem dadas contradizem-se, falsificando a questão³¹. Esta falsidade formaliza-se assim: “Uma questão falsa terá necessariamente respostas erradas”.

O conceito de “questão falsa” acontece quando a questão não cumpre, por exemplo, o princípio lógico da não-contradição (pressupostos) ou estiverem gramaticalmente ou sintaxicamente mal formuladas (forma), resultando na impossibilidade de ser respondida.

No entanto, uma questão ser verdadeira não quer dizer que qualquer resposta seja necessariamente verdadeira. Apenas significa que são legítimas e não ferem nenhuma lei lógica, ou seja, podem ser afirmadas sem que sejam, *a priori*, falsas.

Assim, torna-se revelante a elaboração de um método que separe as questões verdadeiras das falsas, ao revelar os pressupostos e a forma. A esse método denomino: “questionar a pergunta” e é constituído por dois momentos de análise:

No primeiro³², analisa-se gramaticalmente e sintaxicamente a pergunta, revelando, por exemplo, a natureza das respostas pelos determinantes interrogativos e conjunções presentes na pergunta. Por exemplo: “Quando nasceu Camões, em 1524 ou 1525?”; o leque de respostas terá que ser numeral e exclusivo de duas datas.

²⁹ Numa primeira instância, as respostas estão unicamente dependentes do valor de verdade do leque, mas sabendo que são válidas, ou seja, não se contradizem ao serem dadas, ainda estarão sob a normal inquirição da observação empírica ou da lógica posterior.

³⁰ A forma está explícita no bicondicionalismo, “ou”, em que o seu leque de respostas só permite os pressupostos “ovo” e “galinha”.

³¹ É curioso notar que esta questão era e ainda é usada para realçar a necessidade de uma causa primeira como Deus. É, portanto, uma questão que usada como uma “armadilha retórica” poderá surtir o efeito de obrigar o interlocutor a aceitar a existência de Deus e, neste caso, esta é uma questão que não tem o intuito sequer de perguntar mas de afirmar algo, como a existência de uma causa primeira.

³² Análise da forma da questão.

No segundo e último momento³³, a análise debruça-se sobre os pressupostos e deve ser aplicável a qualquer questão³⁴, seja científica ou não. Ao questionar a perguntar e, assim, revelar os seus pressupostos, pode-se então considerá-la legítima se estes não forem contraditórios. A partir daqui, pode investigar-se as respostas sem que a sua investigação esteja, à partida, condicionada pela falsidade. Por exemplo: “Qual a força que impele uma maçã a cair?”; os seus pressupostos são os seguintes:

- “Há uma força que impele a maçã a cair”;
- “Essa força pode ser denominada por um nome”;
- “As maçãs caem”³⁵.

Sabendo o investigador deste leque, para responder terá que aceitar estes pressupostos e direcionar-se para a investigação empírica ou lógica, de modo a descobrir o que é pretendido na questão. Repare-se que o leque compõe-se de nomes, e não de números, e esses nomes possíveis relacionam-se com o conceito de força. Numa natural situação de investigação, o investigador não precisará de muito tempo para determinar os pressupostos e elaborar o leque de possíveis respostas e, em certos casos, poderá perceber que a questão tem pressupostos que ele próprio não aceita, descartando, por isso, a pergunta.

Pode-se ainda recuar e perceber como pensou quem formulou a questão. Supõe-se que observou empiricamente as maçãs a caírem e pressupôs que haveria algo que as fazia cair, por exemplo, uma força que as empurra para baixo, e daí ter-se indagado sobre qual seria essa força. Este questionar permite compreender se quem formulou a questão pensou corretamente e se, nesse sentido, a formulou bem. Porque tal como os argumentos têm uma relação lógica, também aquele que formula as questões tem uma lógica igual à da argumentação.

³³ Análise dos pressupostos.

³⁴ Deve ser aplicada a qualquer questão quando o investigador pretende responder à questão. Este é o método que apresento para que a investigação parta com legitimidade e não seja estéril. É de facto um método semelhante a uma peneiração, mas necessário, pois observando a quantidade de questões que ainda não foram resolvidas, pode-se concluir que são impossíveis de responder devido ao carácter da questão.

³⁵ A lista de pressupostos é finita mas, por vezes, podem faltar pressupostos. Seja porque “escaparam” a uma análise breve ou porque são irrelevantes, e é este ponto de irrelevância que pretendo focar. Na lista apresentada, há o pressuposto de que “as maçãs existem” e, no entanto, não é relevante para um investigador saber isso porque já é um dado adquirido, assim a lista de pressupostos é organizada pelos interesses do investigador consoante a questão.

Até certo ponto, pode-se supor que esse sujeito assim pensou:

- "Observo que as maçãs caem";
- "Num estado de repouso nenhum corpo se movimenta";
- "Um corpo só entra em movimento por meio de alguma força";
- "Assim, as maçãs caem devido a alguma força";
- "Logo, que força é essa?".

O facto de esta sequência lógica ser uma suposição não afeta em nenhum sentido este método, pois não é esse o enfoque do questionamento da pergunta, mas propicia uma clara compreensão da pergunta para o investigador.

Este caso demonstra a veracidade da questão. No entanto, há casos em que as questões são falsas. É nestas que é necessário aplicar o método de "desvanecimento da questão", e esse aplica-se quando não se pode responder. Por exemplo: "Qual a fórmula do volume do triângulo?"³⁶

Forma:

- Leque de respostas em fórmula matemática.

Pressupostos:

- Os triângulos têm volume;
- Há uma fórmula para esse volume.

Este caso revela-se óbvio de que não pode ser respondido porque os triângulos não são figuras tridimensionais. Pessoalmente, não consigo imaginar um leque de possíveis respostas, apenas posso imaginar uma fórmula qualquer que termine numa medida elevada ao cubo, mas não a ia compreender. Assim, esta questão revela-se com clareza como falsa, fazendo com que

³⁶ As questões falsas podem criar discussão quando se aplica o relativismo: Imagine que um investigador aceita o pressuposto de que os triângulos têm volume e, por isso, é legítimo que responda à pergunta. No entanto, o método persiste, pois a sua intenção é revelar os pressupostos da questão. Se o investigador os aceitar, não tem a resposta contaminada, se negar os pressupostos, para ele qualquer resposta é falsa. No entanto, há questões que não estão entregues à apreciação relativista do investigador como, por exemplo, a questão do ovo. A questão contradiz-se em si mesma, tornando impossível a qualquer investigador responder. É por isso que na contradição interna da questão demonstra-se a exatidão de que há questões absolutamente falsas e que não podem de nenhum modo ser respondidas com satisfação.

não tenha sequer um leque de possíveis respostas ou mesmo qualquer resposta que se dê como falsa. Assim, depois de demonstrada a sua falsidade, a consequência é o desvanecimento da própria questão. A questão não deve nem pode ser respondida, logo não é uma resposta científica ou filosófica.

A aplicação deste método a questões filosóficas revelou a impossibilidade e incoerência de perguntas que são fundamentais para algumas áreas. Repare-se na questão fundamental da Ontologia: “O que é o ser?”. A forma da questão implica que seja uma definição, e qualquer definição começa sempre por “x é...”. Mas como o “é”, da fórmula da definição, está incluído no “ser”, este passará necessariamente a constar na própria definição, ou seja, “o ser é...”³⁷. Como nos revela Pascal³⁸: nenhum conceito pode ser definido quando este já se encontra implícito na definição; qualquer resposta que se queira atribuir à definição do “ser”, está de imediato impossibilitada de ser verdadeira porque cai num erro lógico.

Demonstrada a falsidade e a impossibilidade de a responder, exponho aqui outros exemplos de questões que são fundamentais para a Filosofia:

- “Deus existe?”

Leque de possíveis respostas:

- “Deus existe”;

- “Deus não existe”.

Afirmar que “algo não existe” é o mesmo que afirmar que o “nada” existe³⁹, ou seja, que há uma palavra que podemos referenciar como não existente. Como se pode observar no leque, a segunda resposta implica uma contradição, a de afirmar algo como inexistente. Então, se a resposta negativa é uma contradição, só a primeira resposta é que é válida, sendo que a própria questão está a afirmar, implicitamente, a sua resposta. Quer isto dizer que a questão é falsa e não pode ser

³⁷ Apesar da diferença gramatical entre “ser” (nome) e “é” (verbo), ambos significam o mesmo filosoficamente, ou seja, uma entidade existencial.

³⁸ “On ne peut entreprendre de définir l’être sans tomber dans cette absurdité: car on ne peut définir un mot sans commencer par celui-ci, c’est, soit qu’on l’exprime ou qu’on le sous-entende. Donc pour définir l’être, il faudrait dire c’est, et ainsi employer le mot défini dans la définition” (Pascal, 1912, p. 169).

³⁹ O facto de afirmar “algo” ou “nada” implica duas entidades que, necessariamente, remetem-se a uma necessária existência, seja linguística ou empírica. Pois, se assim não fosse, não existiriam linguisticamente nem sequer produziriam sentido quando as compreendemos.

respondida. Resta-nos, então, não responder provocando o seu desvanecimento.

- “O nada existe?”

A questão remete o termo “existência” para algo que é contrário à existência, o “nada”. Neste sentido, a questão torna-se contraditória e impossível de responder.

- “Qual o sentido da vida?”

A questão afirma que a vida tem sentido, e pergunta então qual é. Mas é lógico poder afirmar a ausência de sentido da vida. Assim, devido à forma, a questão torna-se limitativa e tendencialmente falsa.

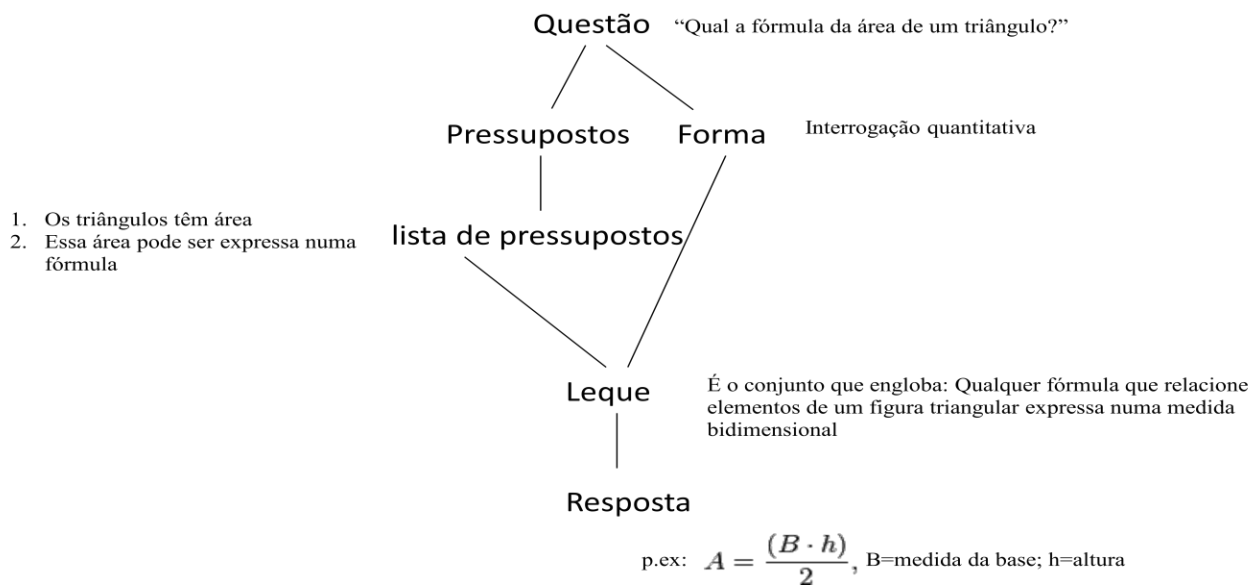
- “Devo fazer...?”

As questões éticas não constituem problemas reais nem lógicos. Ou seja, não há nenhuma sustentação em afirmar-se que tal comportamento deverá ser deste modo e não de outro. Depois da crítica humana à Ética, jamais esta disciplina se poderá tornar uma área de problemas genuínos da Filosofia. Isto porque questões como “O que devo fazer?”, implicam que se passe da constatação de algo factual, como: “o homem é livre”; para induções do tipo: “o homem é livre, logo deve fazer...”; esta transformação do “é” para o “deve” torna a Ética falível⁴⁰.

Outras “questões fundamentais” poderão ser abordadas, mas não é possível investigá-las nesta investigação devido a uma questão de economia de espaço. O importante é que é sempre duvidável uma questão que perdure apesar dos avanços filosóficos. Quando assim acontecer, é provável que a questão em si esteja mal formulada ou contenha pressupostos falsos. A estas questões que aqui foram discutidas, apenas proponho a sua dissolução para que não constituam um atraso na investigação de problemas válidos na investigação filosófica.

⁴⁰ “Em todos os sistemas de moral (...) fico surpreendido ao verificar que, em vez das cópulas é e não é (...) não encontro proposições que não estejam ligadas por deve ou não deve. Esta mudança é impercetível (...) é necessário que sejam notados e explicados (...) estou persuadido de que esta ligeira atenção destruirá todos os sistemas correntes de moral” (Hume, 2012, p. 543).

Esquema da estrutura interna da Questão:



Concluindo este estudo, a demonstração de que pelo método de “questionar a pergunta” se encontram questões falsas que têm o único resultado do seu desvanecimento, a implicação nesta dissertação tem que ver com as perguntas que ao longo deste trabalho farei e implicitamente analisarei se podem ou não ser respondidas. Serve também para entender que a questão a que me proponho, que é a compreensão do ser humano, não pode ser respondida sem a sua análise e, depois desta, demonstrar-se-á no ponto seguinte que há certas condições para a responder.

2. Estudo do ser humano

Até aqui provou-se que todos os seres se relacionam entre si num só mundo e que qualquer questão tem de ser questionada primeiro. A questão sobre a natureza humana, que impera neste trabalho, será aqui analisada.

No ponto anterior referi a impossibilidade de definir o “ser”, e a essa lógica denomino de “Indefinição de Pascal”⁴¹ (IP), sendo a sua generalização:

- Nenhum termo pode ser definido se o próprio estiver contido na definição.

Esta regra lógica não fica por aqui porque, devido ao seu potencial, pode ser expandida numa lei ainda mais abrangente. Direcionada para análise da investigação e do investigador, a IP resulta numa proibição lógica quando o investigador tenta definir-se ou investigar-se a si mesmo.

Quando o ser humano se investiga a si, cai na IP, ao afirmar implicitamente que: “[Eu, ser humano, defino que] ser humano é x.”; ou seja, o ser humano, ao definir-se, implica que esteja contido na definição de si mesmo.

Desta indefinição surge uma parcialidade que impossibilita a investigação. É exemplo a evidência de Descartes quando afirma: “eu penso, logo existo”⁴²; no entanto, esta evidência é contaminada pelo que está implícito, resultando numa circularidade argumentativa: “Eu penso que penso, que existindo, existo”. Ou seja, ao afirmar-se a si mesmo e ao querer definir-se, cai numa parcialidade, porque o objeto de investigação serve ao mesmo tempo como objeto e sujeito. Assim, o objeto de estudo não pode, na mesma investigação, ser o sujeito. Logo, o investigador não se pode investigar a si mesmo e, ao estudar o ser humano, apenas o poderá fazer tomando-o como objeto e nunca como sujeito.

Aceitando estas deduções, deve-se também aceitar que investigar o ser humano pelo ser humano é logicamente inválido, e cientificamente parcial e ambíguo. Ao contrário de Aristóteles, que defendia a posição privilegiada do ser humano se estudar a si pela sua “familiaridade”⁴³ como objeto de estudo.

⁴¹ Apesar deste princípio estar formulado desde Aristóteles, foram as consequências do pensamento de Pascal no “Ser e Tempo” (Heidegger) que me levaram a atribuir esta revelante ideia a Pascal.

⁴² Descartes, 1992, p. 28.

⁴³ “Antes de mais são as partes do corpo humano que importa estabelecer. De facto, da mesma maneira que cada povo estabelece o valor da sua moeda face ao termo de comparação que lhe é mais familiar, o mesmo se passa nos outros domínios. Ora o homem é, de entre os animais, aquele que por força das circunstâncias nos é mais

3. Estudo dos seres

A solução do estudo do ser humano, anulando as várias áreas científicas que o estudam diretamente, como a Psicologia, a Antropologia, a Psicanálise e algumas áreas da Filosofia (por estarem à partida contaminadas pela parcialidade), encontra-se no estudo dos outros seres naturais que compõe a realidade humana.

Nos pontos anteriores foi provada a existência de um só Mundo e, como tal, toda e qualquer lei que existe é universal e aplicável uniformemente a todos os seres, tendo apenas que traduzir a linguagem de cada mundo de estudo para uma linguagem universal. Assim, para compreender o ser humano, é necessário investigar os outros animais e induzir as leis que regem as suas relações. É isto logicamente possível porque as mesmas leis que se aplicam a uma formiga aplicam-se ao ser humano, e como não se pode investigar diretamente o ser humano, investigam-se as formigas. Deduzem-se as leis que lhes são aplicadas e, ao universalizar os termos aplicados às formigas, aplicam-se as leis ao ser humano.

Neste sentido, a minha investigação incidirá sobre os outros animais, os seus comportamentos e relações. Visto que os elementos só existem no Mundo porque têm relações com outros elementos e se, por sua vez, a sociedade implica relações, então demonstrar-se-ão as leis que regem as relações entre os seres e as que regem a sociedade.

familiar. E as partes que o constituem não são inacessíveis a um conhecimento sensorial.” (Aristóteles, História dos Animais (Livros I-VI), 2006, p. 65)

II

Nesta parte do trabalho discursa-se sobre os fundamentos da investigação e o princípio da mecânica social.

1. Breve História da Interpretação Humana

Aqui apresentam-se alguns pensadores com ideias opostas à da igualdade de natureza entre o ser humano e os seres não-humanos. Sendo contraproducente estender esta lista a todos, aqueles que aqui são apresentados por ainda serem a base do pensamento filosófico contemporâneo, são justificadamente representativos do pensamento filosófico e cultural relativamente à distinção humano/não-humano.

Aristóteles, apesar de afirmar a alma como o princípio de todos os animais⁴⁴, distingue-a em vários tipos: nutritiva, perceptiva, desiderativa, locomotiva e raciocinativa⁴⁵. A alma racional é apenas atribuída ao ser humano⁴⁶, reconhecendo-o como um ser de natureza única e incomparável. Pode, ainda, afirmar-se que Aristóteles permite a comparação do ser humano com os outros animais, visto que entre as almas há apenas uma sucessão de potências⁴⁷. No entanto, ao invés de isso remover a possibilidade de se traçar uma evolução ou uma continuação de naturezas, acontece o oposto, que é a quebra entre os diferentes seres que têm diferentes tipos de alma, impossibilitando, assim, uma comparação ou um estudo holístico das espécies.

A Bíblia, de alargada influência no pensamento ocidental, também distancia o humano do animal devido à sua peculiaridade de ser uma criação especial⁴⁸.

Agostinho de Hipona distinguiu o homem dos animais pela racionalidade do primeiro, apesar de ambos terem alma. A diferença é a gradação entre um e outro, tal como Aristóteles afirmava. Mas acrescenta outra característica ainda mais específica que a razão: a inteligência;

⁴⁴ “(...) a alma é, por assim dizer, o princípio dos animais.” (Aristóteles, Sobre a Alma, 2010, p. 31).

⁴⁵ “Dentre as potências da alma, com o dissemos, todas as mencionadas subsistem em alguns seres; em outros, só algumas delas e, em alguns, apenas uma. E mencionamos como potências a nutritiva, a perceptiva, a desiderativa, a locomotiva e a raciocinativa.” (ibidem, p. 77).

⁴⁶ “Em alguns seres vivos, além disso, subsiste também a capacidade de se locomover, e em outros, ainda, a de raciocinar e o intelecto — por exemplo, nos homens e em algum outro, se houver, de tal qualidade ou mais valioso.” (ibidem).

⁴⁷ “(...) deve ser investigado, de acordo com cada caso, o que é a alma de cada um - por exemplo, o que é a alma da planta, do homem ou da besta. E deve ser examinada a causa de serem dispostas assim, em sucessão.” (ibidem, p. 78).

⁴⁸ “Depois Deus disse: «Façamos o ser humano à nossa imagem, à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra»” (Vários, 2003, p. 25).

sendo esta a única qualidade que permite a compreensão de Deus, algo a que os animais não estão acessíveis⁴⁹.

Na Idade Moderna, Descartes foca-se na mesma distinção dos anteriores autores, reforçando que os “animas [são] desprovidos de razão”⁵⁰. Atribui-lhes uma vida mecanizada e instintiva, ao contrário do homem⁵¹, e justifica parte da sua irracionalidade ao corpo e não à alma, ficando a alma privilegiada pelo acesso à razão⁵².

Esta pequena amostra de pensamentos, que se revela ao longo da história da Filosofia, demonstra um preconceito em relação à natureza dos animais não-humanos. A consequência de quebrarmos a linha evolutiva entre as espécies e particularizar uma só espécie, é contribuir para o isolamento do conhecimento e a para a incompreensão do ser humano.

⁴⁹ “Deus fez, pois, o homem à sua imagem. Efectivamente, criou nele uma alma apta pela razão e pela inteligência a elevar-se acima de todos os animais da terra, das águas e do ar, desprovidos de um espírito deste género.” (Agostinho, 2008, p. 1143).

⁵⁰ “(...) já que se pode, com um pouco de habilidade, mudar os movimentos do cérebro aos animais desprovidos de razão, é evidente que muito melhor se pode fazê-lo aos homens” (Descartes, 1992, p. 96).

⁵¹ “(...) se observa nos animais: porque, embora não tenham razão nem talvez mesmo pensamento, todos os movimentos dos espíritos e da glândula que em nós excitam as paixões existem neles também” (ibidem).

⁵² “(...) não resta nada em nós que se deva atribuir à alma, a não ser os nossos pensamentos, que são principalmente de dois géneros, a saber: uns são as acções da alma, os outros, as suas paixões.” (ibidem, p.76).

2. Injustificação do Ser Humano

Se até aqui as investigações têm sido antropocentristas e têm prejudicado a compreensão do ser humano, é necessário alargar a análise comportamental do ser humano comparando-o com as outras espécies. No entanto, para possibilitar esse efeito, é preciso que as características do ser humano estejam também presentes nos outros seres - tenham elas um nível de complexidade superior ou inferior. Assim, aqui se demonstrará que as outras espécies têm as mesmas qualidades e, por isso, a mesma natureza que o ser humano. Torna-se, assim, possível a comparação entre as espécies e a possível aplicação das mesmas leis naturais a todos os seres.

A partir do ponto anterior pode concluir-se que a característica que muitas vezes tem sido usada para distinguir o humano do não-humano é a razão ou a racionalidade. Nesse sentido, e por razões de economia epistemológica, debruçar-me-ei sobre essa característica (para refutar os argumentos da separação humano/não-humano) e sobre a sociabilidade (por ser o foco da dissertação). As outras, como a linguagem, a cultura, o amor, entre outros, podem ser consultadas na Primeira Parte, Capítulo III de “A Origem do Homem e a Selecção Sexual” de Charles Darwin.

Quanto à racionalidade, é necessário começarmos pelo conceito de “instinto” por este se contrapor à ação racional. O instinto é de difícil definição⁵³, pois mesmo Charles Darwin apenas o demonstrou⁵⁴. Mas podemos considerar o “instinto” como um comportamento observável inato e herdado que se repete durante gerações (como a “migração das aves”⁵⁵).

A perspectiva que se tem de instinto pode provocar certas distorções como, por exemplo, considerar que existe uma relação de proporcionalidade entre os comportamentos instintivos e as faculdades mentais, ou atribuir este comportamento apenas a outras espécies não-humanas.

⁵³ Isto deve-se à sua plasticidade linguística, como prova a sua utilização ao longo da história científica, pois tanto foi utilizada para descrever comportamentos inatos como para distinguir a racionalidade e a irracionalidade.

⁵⁴ “Não tentarei definir o instinto. (...) é o instinto que leva o cuco a emigrar e a pôr os ovos nos ninhos das outras aves.” (Darwin, A Origem das Espécies, 2009, p. 253).

⁵⁵ “o instinto migratório é tão poderoso, que, no fim do Outono, é frequente as andorinhas-das-chaminés, as andorinhas-dos-beirais e os andorinhões-pretos, abandonarem as suas crias ainda pequenas, deixando-as morrer miseravelmente nos seus ninhos.” (Darwin, A Origem do Homem e a Selecção Sexual, 2009, p. 130).

O primeiro caso refuta-se pela observações de Darwin, quando este relata que o castor, apesar das suas manifestações extraordinárias advindas do instinto, como a construção de diques, não deixa de ser um animal surpreendentemente inteligente⁵⁶. Os comportamentos instintivos não anulam outros comportamentos inteligentes⁵⁷, nem generalizam toda a sua conduta como instintiva. Reforçando este ponto, Darwin encontra também uma relação evolutiva entre ações mais complexas e mais simples, como o desenvolvimento da inteligência que partiu da “multiplicação e da coordenação de acções por reflexo”⁵⁸, sendo que o reflexo advém da transformação dos instintos mais simples⁵⁹. No entanto, o caso oposto pode acontecer quando ações inteligentes se convertem em instintos devido à sua permanência durante várias gerações⁶⁰.

Quanto à particularidade existencial ou generalizada do instinto atribuída aos seres não-humanos, Darwin observa que a espécie humana se comporta instintivamente em casos como a sobrevivência, o ato sexual, o amor entre mãe e filho, entre outros⁶¹. Ou seja, não é depreciativo afirmar que as espécies agem instintivamente, pois todas elas agem.

Quanto aos comportamentos inteligentes ou racionais, estes podem definir-se como novos comportamentos (não-inatos) perante novas circunstâncias. Creio, assim como Darwin⁶², que os seres mais simples também manifestam este tipo de comportamento. Veja-se este caso curioso: um lúcio, em cativeiro, perante um vidro colocado entre ele e outros peixes comestíveis, embateu tantas vezes no vidro que aprendeu a não o fazer. Depois, quando retirado esse mesmo e introduzidos novos peixes, o lúcio devorou esses, deixando os antigos⁶³. Apesar dos peixes que

⁵⁶ “Os insectos que possuem os mais admiráveis instintos são certamente os mais inteligentes. Na série dos vertebrados, os membros menos inteligentes, isto é, os peixes e os anfíbios, não possuem instintos complexos; e entre os mamíferos, o castor, por exemplo, que é um animal extraordinário pelos seus instintos, é também altamente inteligente” (ibidem, p. 91).

⁵⁷ Comportamentos inteligentes podem ser considerados comportamentos aprendidos e executados sem serem inatos.
⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ “Muitos dos instintos mais simples transformam-se gradualmente em acções por reflexo, razão pela qual só muito dificilmente se podem distinguir delas, como é, por exemplo, o caso do comportamento das crias em fase amamentação.” (ibidem).

⁶⁰ “ (...) algumas acções inteligentes, depois de terem sido realizadas durante várias gerações, também se podem converter em instintos e passar a ser hereditárias, como quando as aves das ilhas oceânicas aprenderam a evitar o Homem.” (ibidem).

⁶¹ “o Homem também possui alguns instintos em comum com os outros animais, como, por exemplo, o instinto de sobrevivência, o do amor sexual, o do amor das mães pelas crias acabadas de nascer, o do desejo destas últimas por mamar, e assim por diante.” (ibidem, p. 90).

⁶² “pode verificar-se frequentemente, mesmo nos seres poucos elevados na escala da natureza, intervenção de uma certa dose de senso ou razão.” (Darwin, *A Origem das Espécies*, 2009, p. 254).

⁶³ Darwin, *A Origem do Homem e a Selecção Sexual*, 2009, pp. 98-99.

se encontravam com o vidro poderem ser comidos, não o foram porque o lúcio associou a dor do embate do vidro com os peixes que lá se encontravam. Apesar de o raciocínio estar logicamente errado, implica uma racionalidade, e não é de todo anormal, pois o ser humano comporta-se de igual maneira quando traumatizado com experiências intensas. Outro exemplo é o de um elefante que usou o ar compelido pela sua tromba para aproximar o objeto de si⁶⁴.

Estes parcos exemplos⁶⁵ servem para demonstrar a presença e a partilha de atividades racionais noutros animais, o que permite induzir que o ser humano não é o único ser racional e por isso não pode ser definido por esta característica⁶⁶.

Há outra observação a ser feita porque, mesmo que a racionalidade estivesse unicamente presente no ser humano, haveria dois problemas para a sua particularização ou hierarquização. Primeiro, a racionalidade nunca poderia ser uma qualidade criada do nada pois é a “multiplicação e (...) coordenação de acções por reflexo”⁶⁷, ou seja, é uma complexificação de ações básicas e rudimentares.

Segundo, é antropomórfico e epistemologicamente discriminatório analisar o mundo animal por uma característica única e escolhida por ser a hiperdesenvolvida em quem investiga o mundo animal⁶⁸. Seria como um leão caracterizar o mundo de acordo com a sua juba, considerando inferior o ser que não fosse dotado dela. Também podemos afirmar que a inteligência não representa, por si, uma qualidade extraordinária. As peculiaridades de cada espécie dependem de como se desenvolveram no seu nicho. Seria um absurdo as bactérias que vivem nos nossos intestinos desenvolverem cérebro, até porque a economia da natureza não o permitiria. Também seria absurdo que um leão fosse desvalorizado porque não é bípede⁶⁹, o que é

⁶⁴ Ibidem, p. 99.

⁶⁵ Poderia, aqui, discorrer de infinitos casos de inteligência presente em outras espécies, mas julgo que seria estéril essa mesma pesquisa, pois é um facto observável no nosso dia-a-dia, seja pelos nossos animais de estimação seja a noção de que existe uma evolução entre espécies. Assim, as próprias qualidades nunca são novas mas evolutivas de outras.

⁶⁶ “os animais podem ser vistos, constantemente, a fazer pausas, a raciocinar e, depois, a decidir. E é um facto significativo que, quanto mais um naturalista estuda os hábitos de um animal em particular, mais os atribui à razão e menos aos instintos não-aprendidos” (ibidem, p. 98).

⁶⁷ Ibidem, p. 91.

⁶⁸ Aqui está outro exemplo da parcialidade do investigador, que foi analisada nos pontos anteriores.

⁶⁹ Esta ideia de “hominização” (Vicente, 2015, p. 76) traduz um grave erro lógico: o de que toda a evolução se direciona para o ser humano. O erro é deduzir que os outros seres são menos evoluídos porque não estão próximos da espécie humana. Resolve-se ao compreender que a evolução é relativa e incomparável, sendo que cada espécie se adapta ao seu meio e, por isso, um ser só pode ser comparado com o sucesso da sua adaptação e não com outros seres.

um acirrado erro, visto que, para o seu nicho, essa seria uma qualidade não só dispensatória como prejudicial.

Há ainda que apontar a tentativa de elevar o ser humano a uma esfera superior ou separá-lo dos outros seres por uma linha intransponível⁷⁰. Esta intenção peca pela falta de humildade do investigador e pela sua parcialidade, pois o ser humano, fisicamente, é dos seres mais frágeis e enfraquecidos, e isto no mundo selvagem revelar-se-ia um defeito intransponível e nada honroso para uma espécie que se quer sobrevalorizar.

Provado que a racionalidade não pode ser atribuída unicamente ao ser humano e não é particular de nenhuma espécie, é necessário refutar a ideia de que a racionalidade é uma qualidade especial e diferente de todas as outras.

António Damásio defendia no “Erro de Descartes”⁷¹ a ideia de que a razão tem igual peso que a emoção no momento das decisões, e que o estado apático tenderia para deliberações erradas e prejudiciais. O seu trabalho sobre Gage e Elliot revelou que as áreas do cérebro afetadas⁷² implicaram, não uma alteração a nível da inteligência, que se mantinha estável e até elevada⁷³, mas uma ineficácia na tomada de decisões⁷⁴ devido à alteração das emoções⁷⁵. Ou seja, assim se prova que a emoção não pode ser separada das decisões racionais e morais, e que esta é uma “componente integral da maquinaria da razão”⁷⁶.

As emoções, sendo parte constituinte das decisões, permitem que seres sem cérebro apresentem comportamentos semelhantes ao do ser humano. O caso da paramécia, ser unicelular, ao afastar-se do perigo quando, por exemplo, sente um calor excessivo, demonstra que contém “a essência do processo de emoção presente nos seres humanos”⁷⁷. Outro caso é a mosca que, apesar

⁷⁰ “ (...) muitos autores insistem em afirmar que o Homem, em termos de faculdades mentais, está separado de todos os animais inferiores por uma barreira intransponível” (Darwin, A Origem do Homem e a Seleção Sexual, 2009, p. 101).

⁷¹ Damásio, O Erro de Descartes, 2009.

⁷² Respetivamente, lesão nos “córtices pré-frontais nas superfícies ventral e interna de ambos os hemisférios” (ibidem, p. 52) e ausência do lobo frontal (ibidem, p. 55).

⁷³ “Elliot não demonstrou limitações quando foi submetido a testes padrão de inteligência. O seu quociente de inteligência (o chamado QI) encontrava-se na gama superior” (ibidem, p. 59).

⁷⁴ As zonas afetadas comprometeram a “capacidade de planear o futuro, de se conduzir de acordo com as regras sociais que tinha previamente aprendido e de decidir sobre o curso de ações que poderiam vir a ser mais vantajosas para a sua sobrevivência.” (ibidem, p. 53).

⁷⁵ As lesões pré-frontais provocaram “problemas de ajustamento «emocional» e «psicológico»” (ibidem, p. 60).

⁷⁶ Ibidem, p. 14.

⁷⁷ Damásio, Ao Encontro de Espinosa, 2004, p. 58.

de não ter espinha e tendo um pequeno sistema nervoso, apresenta “manifestações de zanga” quando ameaçada⁷⁸. Por último, o caso do caracol marinho que apresenta uma reação de medo quando estimulado na guelra⁷⁹.

No entanto, isto não é suficiente para provar que um ser unicelular é igual ou até próximo do desenvolvimento psicológico do ser humano, nem se quer prova que o cérebro é desnecessário. O que quero provar com isto é que existe uma ligação entre os comportamentos mais rudimentares dos seres mais simples e os comportamentos sofisticados dos seres mais complexos. Ou seja, esta ligação existe e é evolutiva, e qualquer comportamento racional do ser humano desenvolveu-se a partir das ações mais irracionais e inatas, não sendo a espécie humana um “salto”, mas uma continuação entre espécies.

Para compreender estas relações entre ações de diferente complexidade, Damásio encara o ser multicelular como uma “máquina homeostática⁸⁰” composto, sucessivamente, por: metabolismo⁸¹, “reflexos básicos”⁸², “sistema imunitário”⁸³, “comportamentos de dor e prazer”⁸⁴, “pulsões e motivações”⁸⁵, “emoções-propriadamente-ditas⁸⁶” e sentimentos⁸⁷.

Assim, explica-se que existe uma relação intrincada entre as várias reações, sejam elas simples ou complexas, sendo que cada “reação é construída a partir de rearranjos de pedaços de outras reações mais simples. Todas elas visam o mesmo alvo – a sobrevivência com bem-estar-”⁸⁸, como, por exemplo, as correções metabólicas envolverem dor ou prazer⁸⁹.

A estas reações e às suas ligações também se aplica o princípio evolutivo, pois as emoções precederam os sentimentos, e estas evoluíram daquelas⁹⁰.

⁷⁸ Ibidem, pp. 58-59.

⁷⁹ Ibidem, p. 59.

⁸⁰ “(...) equipamento inato e automático do governo da vida” (ibidem, p. 46).

⁸¹ Exemplo: reações que governam o ritmo cardíaco e a pressão arterial.

⁸² Exemplo: tropismos, como evitar o frio e o calor extremos.

⁸³ Exemplo: defesa do organismo de vírus.

⁸⁴ Exemplo: reações de aproximação ou retraimento do organismo em relação a causas específicas.

⁸⁵ Exemplo: fome e curiosidade.

⁸⁶ Exemplo: regulam a alegria e o medo.

⁸⁷ Ibidem, pp. 45-53.

⁸⁸ Ibidem, p. 55.

⁸⁹ Ibidem, p. 54.

⁹⁰ “ (...) na evolução biológica, as emoções vieram primeiro e os sentimentos depois. As emoções foram construídas a partir de reações simples que promovem a sobrevivência de um organismo e que foram facilmente adoptadas pela evolução.” (ibidem, p. 46).

Refutada a racionalidade como característica particularizadora do ser humano e o ser humano como espécie particular, é agora necessário observar se há espécies que vivem em sociedade, de modo a encontrar nelas o princípio da mecânica social (fundamento da sociedade) e aplicá-lo à compreensão do ser humano.

Existe uma problemática na investigação da sociedade nas outras espécies devido às barreiras linguísticas criadas a partir da percepção de que o ser humano era o único ser que vivia em sociedade. Este preconceito contribuiu para que a investigação da sociedade apenas recaísse sobre o ser humano, ignorando todas as outras espécies. Repare-se, por exemplo, que a forma como categorizamos as sociedades humanas desenrolam-se em termos como “democracia”, “república”, “despotismo”, entre outros. Seria um espantoso absurdo aplicar estes termos ou pensamentos às outras espécies. Afirmar que uma colmeia de abelhas vive sob uma monarquia seria implicar, a essa espécie, todas as particularidades e definições que são específicas da espécie humana, o que redondearia não só em pseudólogos⁹¹ mas, também, numa hominização. Daqui surgem dois problemas:

O primeiro refere-se à própria definição lógica de lei, que deve aplicar-se universalmente e transversalmente - os conceitos aplicados à sociedade humana também devem-se aplicar às outras sociedades não-humanas – e, visto que isto não ocorre, então é impossível compreender a sociedade por esta via.

Em segundo, a perspectiva de que a sociedade é uma característica humana apenas provoca uma confusão linguística e uma barreira epistemológica.

A investigação sobre a existência de sociedades nas outras espécies não é refutável pela sua ausência, pois não significa que estas não sejam sociais. Seria afirmar que uma ação simples não tem a mesma natureza que uma ação complexa⁹². As bactérias que habitam o nosso intestino, apesar de não viverem em sociedade ou não apresentarem qualquer complexidade de comportamento social, quando num meio desfavorável comunicam entre si e alteram o seu

⁹¹ Aplicação de um termo específico de um conceito a outro diferente.

⁹² Em toda a dissertação afirmo que existe sempre uma relação entre as manifestações simples e as complexas, como assim nos afirma a lei da evolução.

comportamento⁹³. Quer isto dizer que a sociedade não necessita de ser algo contínuo e os comportamentos sociais não necessitam de um sujeito com cérebro ou um artifice complexo⁹⁴.

As características da sociedade são reveladas pelos comportamentos sociais.

Os animais sociais, por exemplo, realizam “pequenos serviços uns aos outros”⁹⁵. É exemplo quando os coelhos, em momentos de perigo, avisam os outros com o bater ruidoso das patas traseiras. Também os macacos quando catam parasitas uns aos outros⁹⁶. São estes exemplos de altruísmo que demonstram a presença de sentimentos sociais nos outros animais⁹⁷.

Estes afetos são o fundamento de qualquer sociedade e a sua combinação promove uma organização social nas espécies ou uma “eussociabilidade”⁹⁸.

A eussociabilidade é constituída por três princípios necessários: “gerações”, “divisão de trabalho” e “altruísmo”⁹⁹.

As gerações significam que uma sociedade se compõe de seres de diferentes idades e que se renovam ao longo do tempo. Pode ser observado com facilidade em qualquer sociedade animal como a morte de um indivíduo e a sua substituição por outro.

A divisão de trabalho tem que ver com as tarefas diferenciadas atribuídas aos indivíduos como a linha de montagem das formigas-cortadeiras - as forrageiras transportam pedaços de vegetação para o ninho, enquanto as obreiras-generalistas protegem-nas de potenciais inimigos¹⁰⁰.

O altruísmo é o ato consciente de defesa ou apoio a outro indivíduo, seja ele da mesma espécie ou de outra, como é o caso de um envelhecido e cego pelicano que fora alimentado pelos seus companheiros¹⁰¹.

Com estes factos comprova-se a existência de sentimentos sociais e de sociedades noutras espécies, que não devem ser descredibilizadas pelo seu nível de simplicidade ou desconsideradas por não terem tomado a mesma direção evolutiva que a sociedade humana.

⁹³ Observação transmitida pelo Dr. Nuno Monteiro (CIBIO) na nossa conversa sobre Biologia e Sociabilidade.

⁹⁴ Acrescento que na simplicidade das coisas se encontra a complexidade de todas elas.

⁹⁵ Darwin, *A Origem do Homem e a Selecção Sexual*, 2009, p. 124.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ Outro sentimento é o da compaixão, que pode ser observado nos cães, que Darwin exemplifica quando a dona de um pequeno cão, ao ser teatralmente atacada, o cão lambia a senhora de forma a reconfortá-la (*ibidem*, p. 125).

⁹⁸ Que significa “verdadeira condição social” (Wilson, 2012, p. 117).

⁹⁹ *Ibidem*, p. 117.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 125.

¹⁰¹ Darwin, *A Origem do Homem e a Selecção Sexual*, 2009, p. 125.

3. Fundamentação da Comparação

Provado que o ser humano partilha as mesmas características com as outras espécies, diferindo apenas no seu nível de complexidade ou especificidade¹⁰², é necessário provar logicamente e filosoficamente que há uma fundamentação para a comparação entre as espécies, porque até aqui pode-se afirmar que apenas se encontraram “coincidências” de comportamentos sem uma necessária ligação.

A possibilidade comparativa pode ser argumentada de três formas:

A primeira refere-se às deduções lógicas, elaboradas na primeira parte, que agora são interpretadas e traduzidas para o raciocínio biológico. Visto que o ser humano pode influenciar os outros seres, como um cão, um urso, entre outros; e esta influência significa, por exemplo, a possibilidade de tocar, de ver e de interagir, então isto prova que o ser humano existe no mesmo Mundo que as outras espécies¹⁰³, ou seja, implica que existam relações necessariamente lógicas e contínuas, e não um desprendimento ou quebra entre a espécie humana e as outras espécies.

A segunda forma argumentativa é deduzida da primeira. Se o ser humano tem relações com as outras espécies, e as leis que atuam nessas relações são as mesmas, então qualquer lei natural aplicável às outras espécies é aplicável, também, ao ser humano.

A última deduz-se da natureza das leis. Se esta é transversal – aplicável a todos os mundos de estudo como a lei da Química (“nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”) é, com sucesso, aplicável à área da Biologia¹⁰⁴ ou área da Matemática¹⁰⁵ - o princípio evolutivo não só se aplica à evolução física das espécies como, também, pode ser aplicada à evolução comportamental. Quer isto dizer que há necessariamente uma evolução comportamental, ou seja, uma relação necessária entre os comportamentos das várias espécies.

¹⁰² “Por maior que seja a diferença entre a mente do Homem e a mente dos animais, é certamente uma diferença de grau e não de natureza” (ibidem, p. 145).

¹⁰³ A existência do elemento x e do elemento y, no mesmo mundo, implica que estes tenham relações. Não as tendo, não partilham o mesmo mundo.

¹⁰⁴ Na Biologia, o princípio evolutivo cumpre a transformação implicada na lei da Química.

¹⁰⁵ Na Matemática, o exemplo de que uma soma de “um e um” não pode nem ser “três” nem ser “um” implica que nada se possa perder ou anular.

Há ainda a necessidade de comparar as diferentes espécies com o ser humano para o compreender, pois o método comparativo é o mais correto logicamente para a compreensão da espécie humana devido à sua imparcialidade e à simplicidade dos seres.

A imparcialidade permite anular a barreira epistemológica na investigação do ser humano pelo próprio ser humano (Indefinição de Pascal, Especismo e Antropocentrismo¹⁰⁶) ao estudar os outros seres para o compreender.

A simplicidade tem que ver com a complexidade de alguns comportamentos humanos que não podem ser investigados, nem pode ser compreendida a sua essência, sem a necessidade de os desconstruir. Como há uma relação evolutiva entre os comportamentos das várias espécies, a complexidade de um comportamento pode ser desconstruída ao traçar a sua linha evolutiva até ao mais simples e rudimentar¹⁰⁷. Exemplifica-se com a ação de um macaco a partir frutos secos utilizando um utensílio ou arremessando-os contra uma base sólida e dura de modo a quebrá-los para retirar deles o seu alimento. Esta ação explica o nosso ato de quebrar nozes usando um utensílio moderno e inexistente na selva, como um quebra-nozes ou uma máquina. Apesar da diferença de grau da ação, um é quebrado com uma pedra e o outro com uma máquina, os dois comportamentos têm a mesma intenção e o mesmo pensamento.

¹⁰⁶ “Alguns naturalistas (...) dividiram a totalidade do mundo orgânico em três reinos, o humano, o animal e o vegetal, atribuindo, portanto, ao Homem um reino distinto.” (ibidem, p. 172).

¹⁰⁷ Os comportamentos ou as espécies não alteram de natureza no percurso evolutivo porque estão em constante relação. A percepção da alteração surge pela incompreensão de que a catalogação é factual. Uma espécie não existe em si, existe apenas linguisticamente.

4. Comparação

Neste ponto traço uma linha evolutiva e comparativa entre os comportamentos sociais e as sociedades humanas e não-humanas.

4.1. Comparação Comportamental

Aqui aplico o método comparativo para explicar alguns comportamentos sociais manifestados pelo ser humano, para depois poder comparar as sociedades no ponto seguinte.

Divido, apenas com a intenção de simplificar e sem qualquer diferença, comportamentos que são exercidos por forças exteriores, como leis naturais, e comportamentos que se desenvolvem a partir de instintos ou ações simples¹⁰⁸.

Quanto ao primeiro comportamento, este pode exemplificar-se pelo comportamento de guerrear ou pela essência da própria guerra¹⁰⁹. A guerra acontece, por exemplo, quando um grupo de jovens macacos desafia a liderança dos macacos mais velhos, quando uma colónia de formigas invade outro ninho ou quando uma nação (humana) defronta uma nação inimiga com o uso de armas. Em todos estes casos, a guerra não se justifica: por instintos, pois nenhuma espécie é instintivamente programada para matar os da sua espécie¹¹⁰; por sentimentos, pois os animais não retiram prazer de matar outros da sua espécie; por questões de justiça, pois uma guerra criada com o fim de defender valores éticos elevados refuta-se no seu valor imoral intrínseco; ou por uma questão racional, isto porque apesar de alguns animais utilizarem utensílios e táticas de ataque para executar uma batalha, estas características devem-se mais ao desenvolvimento inteligente do ato de guerrear e não à sua origem, pois uma arma não implica necessariamente uma guerra.

A natureza da guerra, não sendo ela nem inata nem aprendida, apenas pode ser explicada por forças exteriores. Para o compreender, é necessário entender o ser e o seu meio. Repare-se que todo e qualquer meio é sempre limitado e finito, ou seja, os alimentos que são providenciados não duram eternamente nem sequer satisfazem as necessidades de todas as populações porque, se durassem, não haveria miséria ou pobreza¹¹¹. Outra observação é a de que os seres se reproduzem

¹⁰⁸ Se os comportamentos complexos surgem de comportamentos simples, e os mais simples são ou instintos ou reflexos, então qualquer comportamento sofisticado surge de instintos ou de reflexos.

¹⁰⁹ Compreendo a Guerra como “acto de violência com vista a coagir o nosso adversário a submeter-se à nossa vontade” (Clausewitz, 2007, p. 10).

¹¹⁰ Seria isto contraproducente para o sucesso da espécie.

¹¹¹ Supondo que eliminar-se-ia a distribuição desproporcional de riqueza, visto que não haveria necessidade, sequer, para uma economia de mercado ou trocas comerciais, se todos sempre tivessem o necessário para sobreviver.

e a sua reprodução tem uma diferença de progressão comparativamente com os recursos do meio. Malthus formulou matematicamente estas duas progressões, como tendo a primeira uma natureza aritmética e a segunda geométrica¹¹². Quer isto dizer que os meios de subsistência crescem em valor inferior comparativamente com o crescimento populacional, resultando numa desproporção entre estes dois fatores da vida animal. A discrepância resultante levará, invariavelmente, a mortes, doenças e a provável destruição da organização social. No entanto, este estado de desorganização ou completa eliminação social, devido a uma tendencial luta pelos recursos entre os vários membros da sociedade, é, antes de chegar a este ponto, resfriada e combatida por mecanismos naturais.

Os freios, que ocorrem quando a população é superior à quantidade de recursos, podem ser resumidos a três: miséria, emigração e guerra.

A miséria é um freio altamente eficaz pois, quando há escassez de alimento, naturalmente o crescimento populacional abrandará de forma drástica, devido às mortes e carências provocadas pela falta de alimento. Se o crescimento não abrandasse, a sociedade extinguir-se-ia.

A emigração¹¹³ é uma forma de mudar de meio quando este não consegue suportar a subsistência de uma população, diminuindo, assim, a pressão populacional.

A guerra pode, assim, ser compreendida como simplesmente um freio que previne o excesso de crescimento populacional e que regulariza a proporção entre população e o seu meio de subsistência¹¹⁴. Quando uma população está acima dos seus recursos, ou o meio é insuficiente para suportar a subsistência dos indivíduos, há naturalmente¹¹⁵ um conflito que, como é observado em várias espécies, pode levar ao fenómeno da guerra¹¹⁶.

¹¹² “A população, à falta de intervenção em contrário, aumenta em progressão geométrica. Os meios de subsistência, somente em progressão aritmética.” (Malthus, 2014, pp. 61-62).

¹¹³ A migração instintiva das aves difere desta emigração exclusivamente pela sua origem. Enquanto a primeira é inata, a segunda advém da pressão do meio e das forças exteriores.

¹¹⁴ Esta é a origem da guerra que naturalmente se encontra nas várias espécies, no entanto, há razões mais elaboradas como a tensão cultural entre populações, o sentimento do medo que move uma sociedade a guerrear, entre outros. No entanto, aqui trata-se a guerra como uma força exterior e não uma consequência.

¹¹⁵ As sociedades devem ser vistas como “massas” que vivem, fundamentalmente, por instintos, e não por um conjunto de indivíduos inteligentes que podem “enganar” a natureza. Quer isto dizer que o conflito, pelo excesso populacional, é normalmente resolvido por ações instintivas (como o instinto de sobrevivência) e pelos freios já anunciados.

¹¹⁶ “Cada tipo de animal tem o seu máximo populacional particular. Se os números ultrapassam esse nível, intervém qualquer tipo de actividade letal, e os números baixam de novo.” (Morris, 1987, p. 118).

Esta explicação poderá ser fria ou até simplória quando a aplicamos à espécie humana, pois como pode algo abjeto ter uma origem natural¹¹⁷?

O problema é que esta questão é deduzida da hominização da guerra, ou seja, a atribuição particular deste fenómeno à espécie humana e a análise sob um prisma ético provoca entraves à descoberta da essência da guerra. A guerra não é, pois, fundamentalmente contra *natura*, é antes natural e comum¹¹⁸.

É, pois, relevante relativizar o conceito de guerra e despojá-lo do seu sentido humano e ético.

Quanto à relativização, numa avaliação geral e objetiva, conclui-se que as guerras provocam mortes e, por vezes, eliminação de uma população ou extinção de espécies. No entanto, as “mais sangrentas guerras que conhecemos não fizeram mais, afinal de contas, que uma pequenina moosa na curva ascendente do crescimento da população mundial existindo até um crescimento exponencial a seguir a uma guerra, de modo a suplantar as perdas”¹¹⁹. Também se pode afirmar que a eliminação de populações é um ato tão natural e comum - porque exercido pela força da seleção natural - e a extinção de espécies pertence ao mecanismo natural na luta do mais forte.

Quanto ao teor humano e ético, assumir a guerra como humana é, como foi provado, errado logicamente e biologicamente, pois esta é partilhada por outras espécies e obedece aos mesmos princípios naturais¹²⁰. O teor ético da guerra só pode ser compreendido se aceitarmos que a ética não pode ser exercida sobre um ação que é necessária¹²¹. Não se pode culpabilizar um soldado por este matar o seu inimigo. Mas tal não implica que a ética esteja fora do domínio da guerra, pois esta preenche-se de valores como a honra, a coragem, o sacrifício, entre outros. Ou

¹¹⁷ Repare-se que, apesar de um fenómeno ter uma explicação natural, não se justifica que este seja permitido eticamente. No caso da necessidade, ou seja, ocorrência natural, o domínio ético não impera na sua justificação mas somente na sua execução, como explicarei mais à frente.

¹¹⁸ Quero com isto afirmar que “As guerras e o genocídio são universais e eternas e não dizem respeito especificamente a um tempo ou a uma cultura” (Wilson, 2012, p. 74).

¹¹⁹ Morris, 1987, p. 104.

¹²⁰ Não existem guerras tão complexas nas outras espécies como existem na espécie humana, no entanto, isto não quer dizer que este fenómeno não aconteça nas outras espécies. Pois, por exemplo, as disputas territoriais entre macacos, a invasão de formigas a um ninho inimigo ou os “golpes de poder” exercido por um jovem lobo ao lobo alfa, são exemplos de fenómenos que cumprem a mesma definição de guerra e os mesmos princípios, apenas a uma escala mais reduzida e simples.

¹²¹ É neste sentido que se compreende Maquiavel, pela distinção das esferas da Necessidade e da Ética. A primeira impera sobre a segunda, quando ele afirma que o príncipe não se deve “afastar do bem, se puder, mas saber enveredar pelo mal, se for necessário” (Maquiavel, 2014, p. 156).

seja, a guerra é um meio necessário; quando acontece e obriga a cometer certos atos, estes não podem ser questionados, pois não se imagina um ser humano a questionar se deve matar o seu inimigo quando este se prepara para o executar. Assim, as ações devem corresponder à própria definição natural de guerra, que consiste no desarmamento do inimigo. Ou seja, nem tudo é permitido na guerra¹²².

A guerra é, como demonstrado, um fenómeno comportamental que não se explica na esfera humana, mas por uma mecânica natural que é aplicável a todos os seres.

Quanto à sofisticação/complexificação dos comportamentos, a partir de inatismos, esta é compreendida se traçarmos uma linha comportamental evolutiva entre comportamentos complexos e simples. Para tal, é necessário utilizar duas metodologias de investigação:

A primeira é a análise comportamental, anulando o indivíduo e valorizando o comportamento como objeto independente desse mesmo. Ou seja, apesar de haver comportamentos específicos para cada espécie, esses mesmos não se esgotam nem se particularizam pelo sujeito que os executa, mas sim pela evolução de comportamentos mais primitivos e rudimentares até aos modernos e complexos. Resume-se neste argumento:

- Um comportamento é uma identidade própria. Sobre esta identidade é aplicada o princípio evolutivo e, por ser uma identidade, pode ser analisada por si mesma.

A segunda metodologia tem que ver com o que denomino de “arqueologia comportamental”, que é a observação de comportamentos da mesma natureza e com a mesma intenção e dispô-los na ordem evolutiva da sua classe comportamental. Por exemplo, encontrar uma relação entre a função de sentinela de um suricate e essa mesma num soldado humano que observa ação inimiga a partir do seu posto de guarda.

Compreendidos estes dois pontos, principio pela análise dos comportamentos inatos, demonstrando que, por exemplo, o ato médico de um cirurgião humano, ao executar uma operação, e a catação de parasitas pelos macacos ou o lamber das vacas entre si¹²³, não diferem

¹²² “É falso que seja permitido matar na guerra sem ser em caso de necessidade (...) O único direito que a guerra pode dar sobre os cativos é o de serem aprisionados para que não possam causar mais danos. Os homicídios cometidos a sangue-frio pelos soldados, e depois do calor da acção, são rejeitados por todas as nações do mundo.” (Montesquieu, 2012, p. 400).

¹²³ “Os animais sociais realizam uma série de pequenos serviços uns aos outros quando têm comichão, os cavalos dão mordidelas e as vacas lambem-se umas às outras; os macacos, por seu lado, catam os parasitas uns dos outros” (Darwin, A Origem do Homem e a Selecção Sexual, 2009, p. 124).

de natureza a não ser pelo seu grau de complexidade. A base destes comportamentos sociais encontra-se no sentimento social do altruísmo¹²⁴ que, por sua vez, deriva do instinto de cuidar do outro e sentir compaixão pelo outro¹²⁵. Podemos decompor estes três comportamentos em três fatores: a origem, o modo e a finalidade da ação.

A origem destes comportamentos pode ser atribuída, com muita razoabilidade, ao instinto social que impele o indivíduo a praticar atos altruístas para com os outros seres. Podemos afirmar que o ato complexo de uma cirurgia e o ato simples de catar ou lambar tem a mesma origem, que é instintiva.

A execução difere nos três comportamentos. Enquanto o primeiro utiliza utensílios desenvolvidos especificamente para a função cirúrgica, o segundo e o terceiro comportamento envolvem partes do corpo. No entanto, a utilização de algo para alcançar a finalidade da ação é da mesma natureza em ambos os casos, sendo que a do cirurgião é mais sofisticada, mas não de diferente natureza.

A finalidade é facilmente observável em ambos os casos, sendo o cuidar ou o salvar o outro qualidades de igual natureza, pois o que um macaco faz a outro, ao retirar-lhe os parasitas, praticando assim um ato médico, também o cirurgião executa ao retirar, por exemplo, um tumor de um doente.

Para compreender a linha evolutiva entre estes comportamentos, utilizo a metodologia atrás mencionada, ou seja, a análise do comportamento como entidade e a arqueologia comportamental¹²⁶.

O instinto leva o sujeito a cuidar do outro, e para executar essa intenção, o sujeito faz uso do que tem mais próximo de si, ou seja, o seu corpo. Os componentes do corpo, que permitem a interação com o outro, são utilizados - podem ser a mão, a língua, os dentes, entre outros. Esta ação evolui quando se transpõem os limites do corpo e se utilizam os recursos do meio. Este

¹²⁴ Que foi demonstrado nos pontos anteriores sendo um dos pilares de qualquer sociedade.

¹²⁵ Poder-se-á interrogar, que um cirurgião executa a operação apenas pela recompensa monetária, ou seja, uma ação egoísta. No entanto, observando a evolução deste comportamento, conclui-se que este tem origem num ato puramente altruísta. Ou seja, a intenção da ação até pode ser egoísta, no entanto, a sua origem é altruísta e, neste sentido, não há qualquer contradição, entre estes dois sentimentos, mas uma complementariedade.

¹²⁶ Note-se que traçar uma linha evolutiva esquemática e simples não significa que ela seja linear, pelo contrário, o percurso da evolução é labiríntico e complexo, tão ou mais complexo como o resultado que desenvolve. No entanto, a linha evolutiva que traço pode corresponder aos caminhos que devem ter sido utilizados para obter resultados e comportamentos eficazes.

pode, por exemplo, providenciar ramos que, ao serem utilizados como instrumentos para essa função, resultam numa maior eficácia. Se o resultado for benéfico, é tendencialmente transmitido de geração em geração. Esta aprendizagem cultural permite então que não se retorne ao uso do corpo, mas ao uso de instrumentos. A partir daí, podem desenvolver-se ainda mais os instrumentos utilizados - como quando se passa de ramos para metais fabricados. Com o desenvolvimento do instrumento alcança-se algo tão complexo que parece particular. No entanto, por este percurso evolutivo compreende-se que a natureza não mudou, mas apenas se sofisticou.

Com esta elaboração esquemática de como pode ter acontecido a evolução do comportamento, pode impor-se a dúvida: se há evolução, e se essa evolução é cada vez mais eficaz e favorável aos indivíduos, porque não são os macacos ou as vacas cirurgiões? Pela simples razão de que cada espécie ou população se desenvolve numa linha própria e de acordo com o seu nicho e as suas características. Por exemplo, uma vaca não pode utilizar instrumentos porque não tem mãos, e não tem necessidade disso porque o meio onde evoluiu tornaria prejudicial que as tivesse. Assim sendo, as vacas não podem ser cirurgiãs, mas o comportamento delas é equivalente ao comportamento complexo do cirurgião humano.

Outro exemplo é o trabalho executado pelas formigas e pelo ser humano. Repare-se que não há uma diferença de natureza entre a ação de uma formiga sair do ninho para procurar alimento e regressar com esse mesmo, e o comportamento de um ser humano em sair de casa para se dirigir ao trabalho e regressar com o seu rendimento. A diferença, e aqui deve-se respeitar o subjetivismo wittgensteiniano e os mundos-próprio de Uexküll, é a sofisticação dos componentes de cada ato, porque a ação em si é a mesma. A formiga sai do ninho, o sítio onde ela habita, e o humano sai de casa, o sítio onde habita; a formiga procura no seu meio, que pode ser uma floresta ou um prado, alimento, como pedaços de fruta, e o humano trabalha, por exemplo, num banco, executando tarefas que mais tarde surtirá em recursos; quando a formiga regressa ao seu ninho, dispõe o alimento para todos os indivíduos se alimentarem, e o humano, com o recurso simbólico que recebe do trabalho (dinheiro), consegue comprar comida para ao chegar a casa e distribuir à sua família.

Esta perspetiva comparativa abrange todos os comportamentos humanos porque não existe nenhum comportamento que não tenha uma linha evolutiva. Assim, todos eles podem e devem ser compreendidos, entrecruzando-se e traçando um passado comportamental.

4.2. Comparação das Sociedades

Depois de ter demonstrado que os comportamentos sociais evoluem transversalmente nas espécies, pode assumir-se que a conjugação desses comportamentos desenvolva diferentes sociedades, mas com os mesmos fundamentos.

Exemplificarei com a sociedade dos lobos, das formigas e dos humanos¹²⁷, por serem espécies com rumos evolutivos divergentes e com diferentes características, para assim demonstrar que estas espécies, apesar das suas diferenças, constituem sociedades assentes nos mesmos fundamentos.

As principais características da sociedade - ou as condições da verdadeira sociabilidade (eussociabilidade)¹²⁸ - podem ser constatadas na “condição de múltiplas gerações organizadas em grupos pela divisão altruísta do trabalho”¹²⁹, ou seja, a existência de gerações, divisão de trabalho e altruísmo.

Os lobos, organizados em alcateias, renovam as suas gerações pela reprodução do líder com outra fêmea. A divisão de trabalho pode dividir-se em três aspetos fulcrais como a segurança, recursos e liderança - elementos necessários à subsistência de uma sociedade. O primeiro aspeto ocorre, por exemplo, na vigília dos machos em relação a predadores que possam pôr em perigo a alcateia. O segundo aspeto ocorre na organização dos indivíduos na caça a uma presa para alimentar todos os indivíduos do grupo. Quanto à liderança, o lobo alfa ocupa a posição de direcionar toda a alcateia para novos territórios, proteger os jovens lobos e impor a ordem na alcateia. O altruísmo nos lobos pode ser observável quando estes cuidam dos mais velhos ou doentes, e partilham alimento com todo o grupo.

No caso das formigas, é através da formiga-rainha que se reproduzem. Desta forma, renova-se a prole. A divisão de trabalho passa por haver obreiras-generalistas que protegem das moscas parasitas, as forrageiras - enquanto estas procuram alimento. Este alimento será tratado pelas jardineiras, transformando-o numa substância comestível¹³⁰. A organização da sociedade é

¹²⁷ Focar-me-ei em aspetos particulares destas sociedades que, por sua vez, serão analisadas em traços gerais. O meu objetivo é demonstrar a viabilidade da aplicação dos métodos expostos, e não uma investigação aprofundada das várias sociedades.

¹²⁸ Wilson, 2012, p. 141.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem, p. 125.

liderada pela rainha que, pela troca de feromonas, ordena toda a prole, sendo que o altruísmo é observado a um nível reprodutor, quando os indivíduos sacrificam a sua descendência pela linha reprodutiva da rainha.

No caso da espécie humana, a renovação geracional é possibilitada por qualquer indivíduo que seja biologicamente capaz de se reproduzir com outro. A divisão de trabalho distingue-se pela providência de alimento por parte, por exemplo, de agricultores. A segurança é direcionada para indivíduos soldados e a liderança é atribuída, por exemplo, a políticos. O altruísmo pode ser observável no cuidado dos outros, como os médicos ou voluntários de ações solidárias, ou em situações extremas que implicam o sacrifício de uns para salvar outros¹³¹.

Estas três sociedades partilham dos mesmos fundamentos, apesar de terem seguido diferentes direções, justificadas pelas necessidades, características e nichos próprios de cada uma. Assim, apenas se pode traçar o desenvolvimento social relativamente a cada espécie.

Exemplifico com a espécie humana, em que a sociedade moderna pode ser substancialmente compreendida pelas tribos da pré-história¹³², tornadas estas em supertribos¹³³, ou o que poderíamos chamar de “nações”. Exemplo dos traços tribais nas sociedades modernas demonstram-se pela proliferação de grupos específicos para as mais variadas atividades, sejam clubes de caça, clubes de xadrez, equipas desportivas, um grupo de elite da universidade, entre outros. Por muito que estes grupos tenham comportamentos civilizados, que parecem distanciados das tribos primitivas, é notório que todos esses grupos têm trajes distintivos, um calão próprio, saudações coadunantes com cada prática, e a manifestação de uma certa superioridade relativamente a outros grupos¹³⁴. Estes poucos exemplos podem encontrar a sua semelhança no traço evolutivo das expressões mais simples das tribos primitivas. Os

¹³¹ Apesar destas características serem os pilares de qualquer sociedade e a sua mecânica funcionar pela renovação geracional, não exclui “estados falhados”. A ocorrência de uma sociedade bem regularizada é tão natural como a sua desregularização, no entanto, qualquer sociedade que se conserve cumpre estes pilares.

¹³² “Os grupos modernos são psicologicamente equivalentes às tribos da história clássica e da pré-história.” (Wilson, 2012, p. 65).

¹³³ Ou seja, estado social em que a organização social compõe-se de membros que não se conhecem nem são familiares. Evoluiu de uma sociedade pessoal (tribo) para uma sociedade impessoal ou, como Morris afirma, o ser humano “Tinha-se tornado cidadão, membro duma supertribo, e a diferença fundamental é que na supertribo ele já não conhecia pessoalmente cada membro da comunidade.” (Morris, 1987, p. 22).

¹³⁴ Depois de um jogo de futebol, Wilson cita o psicólogo social Roger Brown quando este conclui que “Não eram só os jogadores que se sentiam supremos, mas todos os seus fãs.” (Wilson, 2012, p. 66).

Neandertais¹³⁵, apesar da sua distância evolutiva, já revelavam comportamentos que são comuns na espécie humana atual¹³⁶ como, por exemplo, a decoração com penas e pinturas faciais¹³⁷. Estes elementos permitem supor que existiria nessa subespécie uma comunicação simbólica, uma identidade individual e coletiva, e também uma noção estética próxima da nossa cultura atual¹³⁸. Ou seja, por mais que a humanidade evolua, não consegue desprender-se do seu passado, nem sequer superar com laivos civilizacionais as expressões mais rudimentares e tribais dos seus antepassados¹³⁹.

¹³⁵ Subespécie do *Homo Sapiens* (Bicho, 2015, p. 5).

¹³⁶ “(...) seres humanos de todas as culturas pintam o corpo e decoram-no com colares, pulseiras, anéis, pendentes e outros objetos simbólicos.” (Arsuaga, 2015, p. 106).

¹³⁷ As escavações arqueológicas em Fumane (Itália), numa gruta onde viveram Neandertais, revelaram, por exemplo, ossos de abutre-barbudo e falcão-de-pés-vermelhos trabalhados com o uso de instrumentos líticos. Visto que as partes do corpo, onde foram retirados os ossos, não serviam como alimento, pode-se afirmar que foram utilizadas para fins estéticos como, por exemplo, o adorno com penas. As pinturas faciais são comprovadas pelo costume dos Neandertais usarem almagre e óxido de magnésio (ibidem, pp. 106-109).

¹³⁸ É-me permitido supor estas conclusões porque há uma evolução comportamental e os comportamentos complexos encontram-se sempre em seres com comportamentos mais elementares. Sabendo que os Neandertais têm uma relação evolutiva com a espécie humana atual, são plausíveis as minhas conclusões. No estudo que tenho citado, os investigadores apenas duvidam se teria ou não algum significado as penas, mas se tivesse “seriam objectos simbólicos, uma forma de linguagem codificada para transmitir mensagens, antecipando a expressão de uma mente racional.” (ibidem, p. 109).

¹³⁹ “(...) a tendência de formar grupos e depois favorecer os seus membros tem a marca do instinto” (Wilson, 2012, p. 67).

5. Princípio da Mecânica Social

Demonstrado que qualquer sociedade pode ser comparável e implica as mesmas condições, é necessário encontrar o seu princípio único.

Os comportamentos sociais - como ajudar o outro, a reprodução e a procura de recursos para a prole - remetem para as condições de qualquer sociedade, como o altruísmo, as múltiplas gerações e a divisão de trabalho. Mas estes não são suficientes para os afirmar como fundamento de qualquer sociedade, pois em algumas sociedades não existe altruísmo ou divisão de trabalho¹⁴⁰. Também se acrescenta que o fundamento da sociedade não pode depender das características dos indivíduos, mas da lei que rege as suas relações. Quer isto dizer que o fundamento de qualquer sociedade deve ser um fator externo, como é a seleção natural aplicável a toda e qualquer espécie independentemente das suas particularidades¹⁴¹.

Partindo da formulação lógica da existência, esta afirma que um indivíduo apenas existe se pertencer a um Mundo, e isto implica ter uma relação com os outros. Esta relação é aqui traduzida como social¹⁴², ou seja, todos os seres apresentam relações sociais entre si, o que quer dizer que todos os seres são necessariamente sociais.

Outra tradução necessária tem que ver com o princípio lógico da partilha de natureza entre elementos e conjuntos. Necessariamente, um elemento que pertença a um conjunto terá a mesma natureza que este. Traduzindo, qualquer indivíduo que pertence a uma sociedade partilha da mesma leis e natureza que esta.

Surge, também, uma outra necessidade relativa à natureza dos seres vivos. Por serem vivos tiveram de ter nascido e, por isso, é implicativo que padeçam. Entre estes dois estados surge a possibilidade de crescerem e se reproduzirem, facto observável em qualquer ser vivo.

¹⁴⁰ Estas características implicam componentes fisiológicos para os executar e uma espécie que não seja tão desenvolvida e viva, permanentemente ou provisoriamente, em sociedade é ignorada cientificamente como social, quando factualmente persiste socialmente. O que não quer dizer que as condições sociais utilizadas para comparar as várias sociedades estejam erradas, mas aqui o que procuro é uma condição mais fundamental que as condições apresentadas.

¹⁴¹ Qualquer lei natural é universal e transversal, e não depende do indivíduo, mas suas relações. Esta ideia foi já demonstrada na primeira parte.

¹⁴² Esta tradução não altera a natureza das relações, há apenas uma adaptação linguística para aplicar-se a fórmula da existência lógica ao assunto particular que está a ser discutido.

Assim, se todos os indivíduos são fundamentalmente sociais e se a sua existência implicará a sua inexistência, qualquer organização social assentará nestas condições necessárias.¹⁴³ Ou seja, a mecânica individual é a mecânica social¹⁴⁴.

A questão é então: Como persiste ou subsiste a mecânica individual?¹⁴⁵

Respondendo a esta questão encontra-se o fundamento que faz gerir todos os processos relativos à mecânica individual, que por sua vez explica o funcionamento da mecânica social.

A resposta encontra-se no movimento entre existir e inexistir, pois a existência de algo não é um estado estático, mas antes uma subsistência que implica uma renovação constante. Quando esta renovação é interrompida, o indivíduo padece. Repare-se neste exemplo: um organismo multicelular, que se compõe de várias células, ao longo do seu tempo de vida não subsiste se essas não se renovarem por outras. Para que esse mesmo organismo subsista, as células originais cumprem um ciclo que termina na “citocinese”, fase em que se individualizam células derivadas da “célula-mãe”. Assim mantém-se a multiplicação celular com a mesma informação que a celular original, de modo a que as novas células cumpram a função da “célula-mãe” e haja uma continuação e não um rompimento na construção e na subsistência do organismo. A primeira célula pode terminar a sua vida por necrose, morte natural, ou por apoptose, morte programada. De qualquer forma, o ciclo da partícula fundamental da vida cumpre o mesmo ciclo que o ser mais complexo, o de multiplicar-se e o de padecer. Outro exemplo da mecânica individual são as folhas das árvores caducas, que previsivelmente no Outono morrem, para nas estações seguintes voltarem a crescer novas folhas, num processo permanente até ao próprio fim da árvore.

Estes dois exemplos, facilmente observáveis, demonstram o fundamento da mecânica individual que reside na própria e constante renovação de um ser enquanto vivo até à sua morte, ou seja, quando terminam estes processos de renovação. E durante estes dois estados, é a divisão, multiplicação ou reprodução que permite a renovação do ser.

Destes factos pode formalizar-se a lei fundamental da subsistência ou, como denomino, “Lei da Substituição Natural”: todo e qualquer ser subsiste pela sua renovação constante.

¹⁴³ Assim como a natureza do Mundo corresponde à natureza dos seus elementos. Num exemplo prático, o conjunto matemático dos números racionais implica que contenha apenas números racionais.

¹⁴⁴ Compreendo mecânica como o funcionamento dos elementos ou do Mundo.

¹⁴⁵ Princípio pela mecânica individual por ser mais simples assim, ao compreender as partes, compreenderei o todo.

Esta formulação pode ter várias variáveis como:

- Todo e qualquer indivíduo subsiste pela renovação constante das suas partes ou constituintes¹⁴⁶;
- (ou) todo e qualquer grupo de indivíduos subsiste pela substituição dos indivíduos constituintes.

Visto que a mecânica individual repete a mecânica social, esta lei aplica-se, socialmente, da seguinte maneira:

- Uma organização social subsiste pela substituição dos seus membros decadentes ou mortos por membros novos ou vivos¹⁴⁷.

Pode-se também dizer:

- A sociedade mantém-se por um movimento de substituição entre os membros decadentes ou falecidos e os membros novos ou vivos.

Ou seja, toda e qualquer sociedade, seja a da espécie humana, a dos lobos, das formigas, entre outros, persiste pela renovação de humanos, lobos e formigas, respetivamente. E isto só é possível pela reprodução ou multiplicação de todas as espécies, pois uma espécie que não se reproduz não sobrevive, e aqui a lei determina, então, a sua extinção.

No entanto, esta lei, que parece ser clara e verificável em qualquer sociedade e em qualquer ser vivo, tem de ser aplicável a outros mundos de estudo para que se possa afirmar a sua legitimidade. Assim, aplico-a, por exemplo, ao mundo de estudo da Matemática e da Química¹⁴⁸. Quanto ao mundo de estudo da Matemática, a lei pode-se formalizar assim:

- Para todo e qualquer conjunto, em que são retirados constantemente elementos desse mesmo, o conjunto só pode persistir se se acrescentarem novos elementos.

Repare-se neste exemplo: temos um conjunto finito composto por uma série de números inteiros, mas constantemente tiram-se números desse conjunto e, se não forem acrescentados outros números da mesma natureza, então o conjunto tornar-se-á vazio, ou seja, deixará de existir porque não cumpre a sua definição.

Quanto ao mundo de estudo da Química, esta pode formular-se da seguinte maneira:

¹⁴⁶ O próprio conceito de vida implica metabolismo, ou seja, a mudança e a renovação é perene em qualquer ser vivo.

¹⁴⁷ O acrescento de “decadentes” e “novos” tem que ver com a simultaneidade dos membros da sociedade de várias idades, isto porque a natureza não funciona por imediatismos, ou seja, um membro não morre e surge logo outro. O que acontece é um convívio temporal entre novos membros e velhos membros, sendo que estes se aproximam mais rapidamente da morte natural, enquanto os outros se aproximam mais rapidamente da reprodução.

¹⁴⁸ A lei pode e deve ser aplicável a qualquer mundo de estudo, no entanto, se aqui aplica-se tornar-se ia impossível a concretização de tal intento. Estas duas distintas áreas asseguram a verificabilidade da lei.

- Todo e qualquer composto químico, dependente das trocas de elementos, apenas se conserva se estas tiverem um saldo positivo.

Repare-se no caso das plantas: se estas não transformassem oxigénio em dióxido de carbono, padeceriam, e se estas trocas não forem constantes e equilibradas, ou seja, se o saldo químico não for conveniente para a planta, esta necessariamente padece.

Assim se demonstra que a Lei da Substituição Natural pode ser aplicada a outros mundos de estudo, demonstrando-se assim a sua validade e veracidade.

6. Mecânica Social

Demonstrado que a sociedade humana funciona como qualquer outra sociedade, e a lei fundamental de todas as sociedades é a Substituição Natural, então a compreensão da sociedade encontra-se na substituição dos vivos pelos mortos e na dinâmica entre novos e velhos.

Quando não ocorre a substituição entre vivos e mortos, a sociedade invariavelmente padece. Contudo, a substituição entre novos e velhos, como ocorre em continuidade e estes são simultâneos no mesmo espaço de tempo, provoca a mecânica contínua da sociedade, assim como a dinâmica das células vai permitindo a subsistência do organismo ao longo do seu estado de vivacidade.

É deste último fator que retiro as principais análises da sociedade humana. Assim, a sociedade não pode mais ser compreendida a partir de fundamentos humanos como, por exemplo, a “propriedade” ou a “luta de classes”, visto que estas não se aplicam às outras espécies¹⁴⁹.

A propriedade¹⁵⁰ não pode ser considerada porque uma sociedade de formigas dificilmente reconheceria o que é a propriedade ou que cada indivíduo insistisse em ter a sua propriedade. Para além disso, este conceito, que se quer fundamental de qualquer sociedade, não tem legitimidade linguística para ser aplicado às outras sociedades animais (pseudólogos).

A luta de classes¹⁵¹, apesar de concordar com a dinâmica de opostos, consiste num pressuposto de constante guerra inerente na sociedade entre membros que executam diferentes trabalhos. Tal é absolutamente contraproducente, pois qualquer sociedade que existisse com base no confronto dos seus membros e não na sua ajuda mútua estaria destinada à extinção. Outra característica é a sua superficialidade, pois se esta se quer como fundamental para qualquer sociedade, o conceito de “classe” é tão especificamente humano - pois implica “propriedade” ou “dinheiro” - que seria absurdo aplicá-la a outras sociedades animais.

¹⁴⁹ De facto, cada espécie tem as suas particularidades, no entanto, é incorreto fundamentar a sociedade – presente noutras espécies – com base em especificidades de uma só espécie.

¹⁵⁰ “O primeiro que, tendo murado um terreno, se lembrou de dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples que o acreditaram, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” (Rousseau, 1976, p. 53).

¹⁵¹ “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes” (Marx & Engels, 2010, p. 11).

Assim, a mecânica social da espécie humana explica-se desta forma: se há uma presença de novos e velhos membros, e se a sociedade é constituída por uma divisão de trabalhos, esta mesma é gerida por líderes, sejam eles patrões ou presidentes, ou lobos alfa na sociedade dos lobos. Naturalmente a liderança é exercida pelos mais velhos, sendo que os jovens ainda não têm essa capacidade. No entanto, à medida que crescem e se transformam em adultos, e os velhos tendem para a decadência, a dominação social é contestada pelos novos membros. Os novos membros contestam devido à sua superioridade física e mental, à sua vontade de dominação, entre outros. Aqui acontece uma luta pela posição social e hierárquica na sociedade, e é este fenómeno que, por vezes, cria mal-estar na sociedade. Mas o natural curso da sociedade é a substituição entre os mais novos e os mais velhos, apesar das lutas ou guerras que pode provocar. É uma necessidade que a sociedade se renove, pois, se tal não acontecer, uma liderança senil e decadente corromperá a sociedade, acabando esta por se desorganizar.

Esta mecânica que acontece na sociedade humana pode, pois, ser alargada a muitas áreas e fatores da sociedade, sejam eles culturais, científicos, artísticos, profissionais, entre outros; pois compreender a sociedade humana é compreender a humanidade.

Conclusão

A elaboração, desta dissertação, obrigou-me não só a recorrer a argumentos e factos apresentados por outros autores, mas também a argumentos próprios que tive que construir para que estas minhas ideias pudessem ser demonstradas com a maior exatidão lógica e empírica. Devo também anunciar que a exploração de factos e experiências observacionais não foram aprofundadas, por isso, os exemplos apresentados servem mais para ilustrar as ideias lógicas do que para as fundamentar ou justificar.

A conclusão deste trabalho, tenha ele contribuído, ou não, para um avanço na Filosofia Política, projeta já um caminho que pode e deve ser seguido pelos novos filósofos, negando, pois, um preconceito que é milenar nesta área de estudos: a negação da racionalidade dos outros animais e a superlativa natureza do ser humano. Implica, assim, que o ser humano seja comparado com os outros animais, não procurando as suas diferenças, mas os pontos em comum entre as várias espécies.

A formalização e fundamentação da Substituição Natural¹⁵², que opera em todos os indivíduos e em todas as sociedades, abre um novo caminho para a compreensão da espécie humana como, por exemplo, a análise comportamental não ser reduzida à mente (psicologia) ou à racionalidade (filosofia), mas à comparação com outros comportamentos animais e à compreensão do comportamento como entidade evolutiva; também permite uma diferente perspetiva filosófica, respetivamente ao funcionamento da sociedade, e esta não como fundamentada em aspetos humanos, mas universais; também se pode acrescentar, que esta conclusão é apenas o princípio de uma tese que se baseia na “juventude” como motor social, visto que existe uma constante substituição entre “novos” e “velhos”.

Assim, o objetivo da dissertação fica cumprido, faltando agora a exploração de todos os componentes das sociedades, para que o mais complexo comportamento humano possa ser explicado pela mais simples e rudimentar ação.

¹⁵² Esta lei é evidente a qualquer observador, no entanto, a novidade desta dissertação é tomar essa evidência como um princípio regedor dos indivíduos e da sociedade, possibilitando uma nova direção no estudo social.

Referências Bibliográficas

- Agostinho, S. (2008). *A Cidade de Deus*. Volume II. (J. D. Ferreira, Trad.) Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Aristóteles. (2006). *História dos Animais (Livros I-VI)*. (A. P. Mesquita, Coordenador) Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Aristóteles. (2010). *Sobre a Alma*. (A. P. Mesquita, Coordenador) Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Arzuaga, J. L. (2015). Neandertais - Mais próximos de nós. (G. Pereira, Ed.) *National Geographic*, pp. 101-109.
- Bicho, N. (2015). Introdução. *National Geographic*, pp. 4-7.
- Clausewitz, C. v. (2007). *Da Natureza Da Guerra*. (A. Nereu, Trad.) Almargem do Bispo: Coisas de Ler Edições, Lda.
- Damáσιο, A. (2004). *Ao Encontro de Espinosa*. (A. Damásio, Trad.) Portugal: Europa-América, Lda.
- Damáσιο, A. (2009). *O Erro de Descartes*. (D. Vicente, & G. Segurado, Trans.) Portugal: Europa-América, Lda.
- Darwin, C. (2009). *A Origem das Espécies*. (J. D. Paul, Trad.) Lello Editores, LDA.
- Darwin, C. (2009). *A Origem do Homem e a Selecção Sexual*. (S. Varela, Trad.) Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Descartes, R. (1992). *Discurso do Método. As Paixões da Alma*. (N. d. Macedo, Trad.) Lisboa: Sá da Costa.
- Espinosa, B. (1992). *Ética*. (J. Carvalho, J. Gomes, & A. Simões, Trans.) Lisboa: Relógio D'Água.
- Hume, D. (2012). *Tratado da Natureza Humana*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Malthus, T. (2014). *Ensaio Sobre o Princípio da População*. (M. S. Pereira, Trad.) Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Maquiavel, N. (2014). *O Príncipe*. (M. Figueiredo, Trad.) Lisboa: Editorial Presença.

- Marx, K. - Engels, F. (2010). *Manifesto do Partido Comunista e Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*. (J. B. Moura, & M. A. Pacheco, Trans.) Oeiras, Portugal: AD ASTRA ET ULTRA, SA.
- Montesquieu. (2012). *Do Espírito das Leis*. (M. Morgado, Trad.) Lisboa: Edições 70, Lda.
- Morris, D. (1987). *O Zoo Humano*. Mira-Sintra, Portugal: Publicações Europa-América.
- Pascal, B. (1912). *Pensées et Opuscules*. Paris: Hachette.
- Rousseau, J.-J. (1976). *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. (M. d. Campos, Trad.) Sintra: Europa-América, Lda.
- Uexküll, J. J. (1982). *Dos animais e dos homens*. (A. Candeias, & A. G. Pereira, Trans.) Lisboa: Livros do Brasil.
- Vários. (2003). *Bíblia Sagrada*. (H. Alves, Trad.) Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica.
- Vicente, L. (2015). Origens e Evolução da Linhagem Humana. In A. Levy, F. Carrapiço, H. Abreu, & M. Pina, *Homem: Origem e Evolução* (pp. 73-125). Lisboa: Glaciar.
- Wilson, E. O. (2012). *A Conquista da Terra*. (J. V. Roberto, Trad.) Lisboa: Clube do Autor, S.A.
- Wittgenstein, L. (2011). *Tratado Lógico-Filosófico * Investigações Filosóficas*. (M. S. Lourenço, Trad.) Lisboa: Calouste Gulbenkian.